



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH).**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA
BACHAREL**

**MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA: MEMÓRIA, FOTOGRAFIA E IMPRENSA -
NAS PÁGINAS DO JORNAL NOSSO TEMPO (1980-1982).**

ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

Foz do Iguaçu

2016



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH).**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA
BACHAREL**

**MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA: MEMÓRIA, FOTOGRAFIA E IMPRENSA -
NAS PÁGINAS DO JORNAL NOSSO TEMPO (1980-1982).**

ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Foz do Iguaçu

2016

ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

**MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA: MEMÓRIA, FOTOGRAFIA E IMPRENSA -
NAS PÁGINAS DO JORNAL NOSSO TEMPO (1980-1982).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos
UNILA

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Prof. Dr. Samuel Quirino Oliveros Calderón
UNILA

Foz do Iguaçu, 06 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a PRAE pela assistência estudantil durante esses cinco anos, porque sem o apoio financeiro da instituição as coisas seriam muito difíceis.

Ao meu orientador Professor Doutor Pedro Afonso Cristovão dos Santos, por ter aceitado me orientar, pela paciência e atenção, e por suas ótimas e produtivas contribuições.

Aos professores da banca, Clovis e Samuel muito obrigado por terem aceitado o convite e agradeço pelas colocações e pelas contribuições.

Agradeço ao meu colega e amigo Cléber pelo apoio durante a graduação e pelas contribuições neste trabalho, além de ser um ótimo amigo e estar me ajudando sempre que necessário. Obrigado por ser paciente comigo!

A Yesica e Javier, primeiramente gostaria de agradecer pelo companheirismo e pela amizade. E também pelas contribuições no meu trabalho de conclusão de curso e apoio nesses anos de graduação, principalmente na fase final. Obrigada por tudo, especialmente pelos momentos que me fizeram rir, e me tranquilizaram!

A Mayck pela amizade, apoio, pelas palavras positivas e pela felicidade que carrega contigo, que acaba alegrando a todos ao seu redor.

E aos demais colegas do curso de História – América Latina e amigos que fiz no percorrer destes anos. Obrigada por estar ao meu lado durante esses anos de graduação me apoiando e me dando uma força.

A minha Mãe e ao meu Pai, por me apoiarem nas minhas decisões e estarem sempre me ajudando e me dando o maior suporte em todas as minhas necessidades, as minhas irmãs que estiveram sempre comigo e me ajudando no que fosse necessário. Obrigada pelo apoio de vocês nestes cinco anos e pela paciência. Por acreditarem que eu conseguiria chegar ao final e que eu seria capaz.

Obrigada a todos de coração!

[...] é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

Jacques Le Goff – História e memória.

SANTOS, Rosângela Daiana dos. Movimento Justiça e Terra: Memória, fotografia e imprensa – Nas páginas do Jornal Nosso Tempo (1980-1982). 2016. 79 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de História (Bacharel) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

O presente trabalho estuda a organização dos proprietários das terras que seriam alagadas pela formação do lago para a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na região oeste do Paraná entre os anos de 1975 e 1982, e seus respectivos impactos à população da região e ao meio ambiente. Uma pesquisa que se dá a partir da prerrogativa de que os agricultores teriam que deixar suas terras e procurar um novo lugar para morar, surgindo então a necessidade de uma organização para debaterem e reivindicarem as indenizações das terras de uma forma justa. Estudamos a formação do Movimento Justiça e Terra que foi uma das maneiras que os desapropriados encontraram para se manifestarem com um grande caráter autônomo, e com o apoio de padres e pastores das igrejas Católica e Luterana, assim como a Comissão Pastoral da Terra, que passaram a lutar unidos e tentar reivindicar pela renumeração econômica do valor justo correspondente por suas terras. A metodologia de trabalho dará ênfase ao emprego de imagens e fotografias extraídas da imprensa, para analisar e discutir como eram as organizações e mobilizações do Movimento Justiça e Terra, buscando pensar a relação entre as imagens e notícias presentes no Jornal Nosso Tempo e a memória coletiva dos desapropriados de Itaipu.

Palavras-chave: Agricultores desapropriados, Itaipu, Movimento Justiça e Terra, Memória.

SANTOS, Rosângela Daiana dos. Movimento Justicia y Tierra: Memoria, fotografía y prensa – En las páginas del Jornal Nosso Tempo (1980-1982). 2016. 79 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso de Historia (Licenciatura) – Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, Foz de Iguazú, 2016.

RESUMEN

El presente trabajo estudia la organización de los campesinos propietarios de las tierras inundadas a causa de la implantación de la Usina Hidroeléctrica de Itaipú, en la región Oeste del Paraná – Brasil, entre los años de 1975 y 1982; así mismo tratará a cerca de sus respectivos impactos en la población de la región y a su medio ambiente. Una investigación surge a partir de la prerrogativa de los campesinos que tendrían que abandonar sus tierras para buscar un nuevo hogar donde vivir, surgiendo entonces la necesidad de una organización para dialogar y reivindicar las indemnizaciones de sus tierras de una forma justa. Estudiaremos la formación del *Movimento Justiça e Terra* (Movimiento Justicia y Tierra), que fue una de las maneras que han encontrado los campesinos para manifestarse de forma autónoma, contando con el apoyo de los padres y pastores de las iglesias Católica y Luterana, y de la Comisión Pastoral de la Tierra, que se han unido a la lucha por la remuneración del justo valor económico correspondiente a sus tierras. La metodología usada en este trabajo se basará en el empleo de fotografías y noticias extraídas de la prensa local, para analizar y discutir cómo eran las organizaciones y movilizaciones del Movimiento antes nombrado, buscando analizar la relación entre las imágenes y registros gráficos presentes en el *Jornal Nosso Tempo* y la memoria colectiva de los desalojados de Itaipú.

Palabras-clave: Campesinos desapropiados, Itaipú, Movimiento Justicia y Tierra, Memoria.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia I – Passeata em 16 de março de 1981, Foz do Iguaçu-PR.....	61
Fotografia II – Repressão Militar contra desapropriados.....	62
Fotografia III – Concentração em frente à Diretoria geral da Itaipu.....	63
Fotografia IV – Acampamento dos desapropriados.....	64
Fotografia V – “Trevo da Vergonha” – Foz do Iguaçu.....	65
Fotografia VI – Mãos para o alto, clamando justiça.....	69
Fotografia VII – A desapropriação, momento de dizer adeus.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Representação em km ² da área alagada.....	26
--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Uso de famosos para tranquilizar os desapropriados.....	40
Imagem II – Posicionamento apresentado pelo Jornal Nosso Tempo.....	48
Imagem III – Charge de Símbolo de Itaipu crucificando um agricultor.....	50
Imagem IV – Manifestação do Movimento Justiça e Terra.....	54/55
Imagem V – Mobilização dos desapropriados contra a Itaipu.....	57/58
Imagem VI – Colonos rebatem Itaipu, 16 ^o edição Jornal Nosso Tempo.....	68
Imagem VII – Último dia de acampamento em Foz do Iguaçu.....	70

LISTA DE MAPAS

Mapa I – Localização dos municípios e o alagamento de Itaipu.....	15/16
Mapa II – Antes e depois do alagamento da Itaipu.....	23/24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JNT – Jornal Nosso Tempo

LSN – Lei de Segurança Nacional

MJT – Movimento Justiça e Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CONFLITO GERADO PELA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ITAIPU.....	14
2. MOVIMENTO SOCIAL.....	27
2.1. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.....	29
2.2. MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA.....	33
2.3. ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES.....	36
3. REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA.....	44
3.1. JORNAL NOSSO TEMPO.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, o Brasil passou por um processo de Ditadura Civil-militar¹, instaurada após o golpe de 64² que utilizava como propaganda a recuperação econômica do país, colocando em prática programas de desenvolvimento e diversos projetos com base em uma noção de progresso.

Diante deste processo desenvolvimentista que foi imposto pela ditadura, a construção de muitas hidrelétricas reafirmam a estratégia política militar que estava instaurada no Brasil, a exploração dos recursos hídricos era um ponto crucial para a afirmação do “desenvolvimento” do país.

Dessa forma surgiu o projeto da Hidrelétrica de Itaipu, amplo, em parceria com o Paraguai, país vizinho, muito bem elaborado, vista e considerada como parte do “milagre econômico”, pelos recursos que produziria, e contribuindo para trazer muitos benefícios econômicos para o Brasil.

Nesse período, além de hidrelétricas, também eram priorizadas a modernização das indústrias e de serviços, assim que para a construção da Itaipu havia a necessidade de uma grande escala de pessoas, pela imensidão de sua obra, e também pelo emprego de máquinas modernas para a construção. Milhares de trabalhadores viriam de todas as partes do Brasil e do Paraguai.

Pensando além da construção da Itaipu, sabia-se que a construção da mesma traria inúmeros impactos para a região, entre os quais estariam as terras que seriam alagadas com a formação do lago, e que afetariam colonos, comerciantes, indígenas, toda uma população em geral que teriam que desocupar vastas áreas de terras.

O Lago da represa de Itaipu abrangeria uma área de cerca de 1.350 km², e que chegaria a diferentes municípios do Oeste do Paraná, entre os quais estavam: Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Missal, Mal. Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Terezinha de Itaipu, Guaíra, entre outros.

A partir da união dos desapropriados desses diferentes municípios, que teriam suas terras alagadas e que estavam sujeitos à implantação da Itaipu, surgem então diversos movimentos que atuavam principalmente nas reivindicações de indenizações das terras. Esta

¹Regime Militar entre os anos de 1964 a 1985 – Período em que o Brasil coincidiu com a falta de democracia, de direitos constitucionais, com a prática de censura, perseguições políticas e repressões.

²Conjuntura política que no dia 1º de Abril de 1964 encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, e a presidência ficou sob-responsabilidade dos Militares, até o ano de 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves.

pesquisa foi direcionada ao Movimento Justiça e Terra, que foi um movimento formado principalmente por pequenos proprietários de terras durante esse período de desapropriação (1979-1982), e a Comissão Pastoral da Terra³, que foi criada para apoiar os trabalhadores do campo.

As manifestações são os momentos centrais desta pesquisa, a partir da mobilização dos desapropriados de Foz do Iguaçu, Santa Helena e de outros municípios da região, contra os critérios adotados pela Itaipu e suas políticas de implantação, em relação às indenizações que deveriam ser pagas aos colonos.

Analisando principalmente os momentos de conflitos que ocorreram durante as manifestações de reivindicações, a partir dos registros fotográficos que foram obtidos durante esses momentos, presentes em jornais, ou feitos pelos próprios manifestantes e apoiadores. Principalmente o Jornal Nosso Tempo que fez uma cobertura completa dos acontecimentos do Movimento Justiça e Terra.

Para melhorar as negociações políticas e discussões entre os afetados pelo alagamento da Itaipu, essa aliança em forma de movimento foi nomeada como “Justiça e Terra”, formada entre os anos de 1975 e 1982, e que foi a principal forma de organização dos desapropriados, responsável pelas articulações das grandes mobilizações nesses municípios.

Nesta pesquisa faremos a discussão histórica em torno da aliança que foi formada entre grupos de desapropriados dos municípios do Oeste do Paraná contra a Itaipu, a favor de uma mesma causa. Desta forma nos baseamos na memória social e nas fontes documentais, e principalmente nas imagens presentes nos noticiários e jornais da época, dos momentos das manifestações e de organização do Movimento Justiça e Terra.

Aprofundaremos nossa discussão com o uso de imagens e fotografias dos momentos de manifestação para analisar as memórias social/coletiva, imagens presentes nos jornais do período e nos arquivos históricos dos municípios de Santa Helena e Foz do Iguaçu, coletadas levando em consideração as reflexões, principalmente sobre o conflito entre os desapropriados e a Itaipu.

Com o uso das imagens que foram usadas em jornais, analisando-as como fonte histórica que complementam as fontes documentais dessa mobilização entre os desapropriados, além de preservarem a memória social que se remete a luta coletiva, como incentivo à união dos futuros desapropriados.

Tendo em vista que muitas pessoas tiveram suas vidas afetadas pela construção desta Hidrelétrica, daremos um enfoque para os desapropriados do lado brasileiro em relação

³ Órgão da CNBB, criada em 1975 em Goiás.

ao alagamento da Itaipu⁴, mas tendo em vista que no lado paraguaio inúmeras famílias também foram desapropriadas, além de muitos grupos étnicos que viviam na área em ambos os países também tiveram que sair para que então se construísse a hidrelétrica.

Neste trabalho usamos alguns trabalhos importantes que discutiram as temáticas que envolveram a formação do Movimento Justiça e Terra, além de acompanharem o movimento nas manifestações, são obras que foram fundamentais para desenvolver desta pesquisa.

Do livro de Juvêncio Mazzarollo: *Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*, abordaremos as partes que tratam das questões que envolvem as manifestações, já que ele como jornalista esteve presente em todos os manifestos, e acompanhou todo o processo, inclusive nas formas que a Itaipu respondia à população.

Assim quando Mazzarollo apresenta a porcentagem de famílias que foram desapropriados, para entender o tamanho do problema que estava sendo criado, vemos que seriam os seguintes números: “Foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e 625 no Paraguai, (...) Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem paraguaia, cerca de 20.000.”. (2003, p. 26).

Maria de Fátima Bento Ribeiro em sua tese de mestrado: *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*, onde descreve como a construção da Usina causou um impacto não apenas no espaço físico dos municípios envolvidos, mas também na vida de seus moradores. Deste trabalho exploraremos apenas a primeira parte onde a autora trata das formas pelas quais foram realizadas as indenizações.

Focaremos em especial as entrevistas que Catiane Matiello realizou em 2009/2010 para a elaboração de sua tese de mestrado: *Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: História oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu*, onde ela desenvolveu uma série de entrevistas com os colonos que foram amplamente afetados pelo processo de alagamento da Itaipu.

A partir dessas importantes entrevistas que contribuíram muito para a conformação do nosso trabalho, podemos analisar a discussão de uma forma diferenciada. Matiello entrevistou pessoas que estavam diretamente ligadas ao Movimento Justiça e Terra, e também colonos que tiveram suas propriedades afetadas.

Entre os entrevistados, usamos as entrevistas de Juvêncio Mazzarollo, Marcelo Barth, Silvenio Kolling, Hugo Leopoldo Heinzman, entre outros, que foram fundamentais, para

⁴Alagamento que prejudicou centenas de famílias de colonos, de comerciantes, indígenas e animais, em ambos os países.

a complementação desta pesquisa. Porque eles de forma detalhada descreveram esse processo das desapropriações e da luta pelas indenizações, associado ao Movimento Justiça e Terra.

Também utilizamos o trabalho de Judith Veranisa Schmitt: *Os atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*, onde ela procura problematizar como foi constituído o movimento social dos atingidos pela Itaipu, e observa o posicionamento de grupos em relação ao movimento.

Abordaremos do Jornal Nosso Tempo as edições 14 a 21, onde eram relatados semanalmente os acontecimentos do acampamento dos colonos, através de jornalistas que estiveram acampados com os desapropriados da Itaipu e integrantes do Movimento Justiça e Terra. Fazendo uma contextualização geral entre a manifestação dos desapropriados, as notícias e as imagens usadas pelo Jornal Nosso Tempo.

Na primeira parte trataremos das questões que envolvem a história do tratado e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a formação do lago artificial da mesma, e a notificação da área que seria alagada, envolvendo muitos municípios no Oeste do Paraná.

Na segunda parte, trabalharemos a organização dos desapropriados até a formação do Movimento Justiça e Terra, o apoio que o movimento teve da comunidade e os resultados que o Movimento teve a partir das mobilizações.

E por fim, na terceira parte trabalhamos com a análise das notícias e imagens do Jornal Nosso Tempo, fazendo uma interligação entre os depoimentos que foram coletados por Catiane Matiello, e os depoimentos contidos neste jornal.

1. CONFLITO GERADO PELA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Iniciamos com uma breve apresentação dos habitantes da Região Oeste do Paraná, um pouco da história da colonização deste espaço, e as mudanças que ocorreriam com a implantação do projeto da Itaipu⁵.

A região oeste do Paraná teve seu processo de colonização recente, durante o início do século XX, com imigrantes que provinham do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que seriam principalmente descendentes de Italianos e Alemães, atraídos por propagandas de terras com condições melhores para a produção agrícola, período que ficou conhecido como ‘marcha para o Oeste’, momento que o Estado brasileiro estava incentivando a ocupação de áreas fronteiriças em todo o interior do Brasil.

Para que possamos entender melhor como foi à história desta região, utilizamos o trabalho: A história do Oeste do Paraná, de Angelo Priori, onde detalha um pouco da história do Oeste do Paraná. Podemos observar que:

O Oeste do Paraná, compreendido entre as microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, já foi ocupado por indígenas, espanhóis, pertenceu à Capitania de São Paulo, formou o Território Federal do Iguaçu. O território foi anexo ao Brasil após vários tratados com a Espanha, passando então a pertencer à província de São Paulo. Em 1853 conseguiu sua emancipação política. Após se tornar parte integrante da Província do Paraná, acomodou imigrantes europeus, sobretudo eslavos, poloneses, ucranianos, alemães e italianos. (PRIORI, 2012, p.75).

Essa população era formada principalmente por migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e quando chegaram ao Oeste do Paraná, tiveram que tirar a vegetação nativa, e passaram a vender estas madeiras, para a formação de roças e logo passaram a implantar a agricultura como seu principal meio de sobrevivência, cultivando principalmente o trigo, milho, feijão, arroz, mandioca, café entre outros, e também criando animais para o consumo de carne, como galinhas, porcos e vacas leiteiras.

Mas a partir da década de 1970, a região do extremo Oeste Paranaense, passaria por radicais mudanças, e grande parte dessas famílias teriam suas vidas totalmente modificadas. Além da modernização da agricultura e do êxodo rural que cada vez crescia mais, também essas famílias seriam afetadas pela construção da hidrelétrica de Itaipu, e a partir desta, inúmeras desapropriações.

⁵ Constituída a partir do documento assinado da Ata do Iguaçu no dia 22 de junho de 1966, por ministros do Brasil e Paraguai.

A chamada Hidrelétrica de Itaipu com seu megaprojeto seria construída sob o Rio Paraná entre os países de Brasil e Paraguai, na cidade de Foz do Iguaçu no estado do Paraná e na cidade de Porto Presidente Stroessner, atual Ciudad Del Este, no Paraguai.

É importante ressaltar que ambos os países estavam em um período ditatorial, durante os anos de contratação do projeto e da construção da Itaipu, entre os anos de 1975 a 1982, com General Emílio Médici, entres outros presidentes militares no Brasil⁶ e, no Paraguai, com Alfredo Stroessner⁷.

Na Ditadura Civil-militar Brasileira que aconteceu durante os anos de 1964 a 1985, o autoritarismo militar e civil que foi imposto de maneira que: “O golpismo de direita, liberal ou autoritária, nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributivista, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores” (2014. p.63), como defende o autor Marcos Napolitano.

Como veremos a seguir, o autoritarismo passaria a imagem de que o Brasil seria o projeto de uma Grande Potência, atingindo diferentes partes das populações e também as mídias.

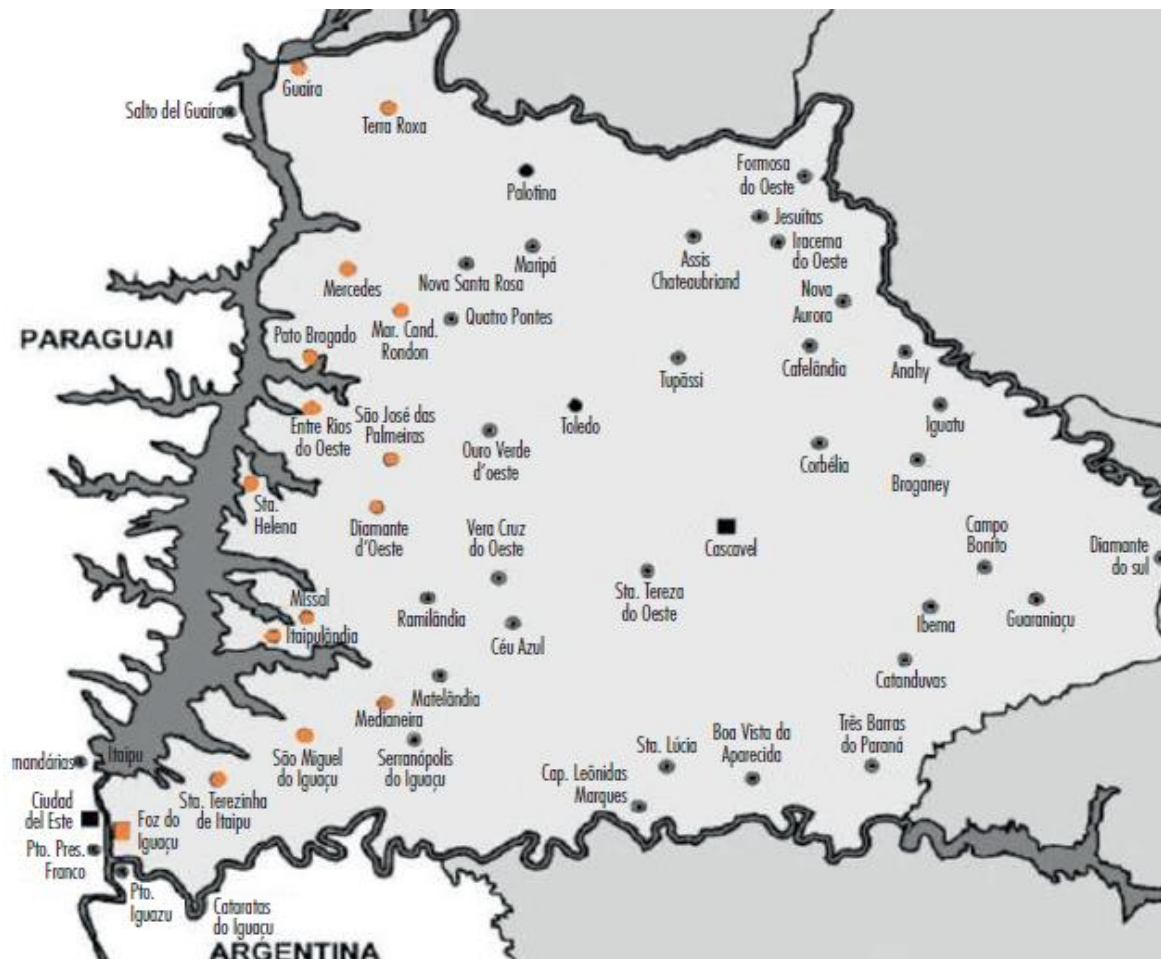
[...] O Brasil vivia tempos gloriosos no começo dos anos 1970: pleno emprego, consumo farto com créditos a perder de vista, frenesi na bolsa de valores, tricampeão do mundo de futebol. Grandes obras “faraônicas” eram veiculadas pela mídia e pela propaganda oficial como exemplos de que o gigante havia despertado como a Ponte Rio Niterói, a Usina de Itaipu e a Rodovia Transamazônica. (NAPOLITANO, 2014, p.145).

Levando em consideração o momento ditatorial em que se encontrava o Brasil, observaremos que as imposições políticas e econômicas voltadas para a construção do projeto da Itaipu, não foram discutidas tanto com os setores sociais, com os setores políticos e econômicos de toda a área afetada, que seria composta por 15 municípios ao seu redor no Oeste do Paraná, como vemos no mapa abaixo.

Mapa I – Localização dos municípios e o alagamento de Itaipu.

⁶ Assumindo em 1974 o General Ernesto Geisel. E em 1979 o General João Figueiredo.

⁷ Presidente ditador do Paraguai de 1954 a 1988.



Fonte: Unioeste/Itaipu, 2002.⁸

Dessa forma, a inclusão da Hidrelétrica Binacional de Itaipu poderia ser uma das obras que reafirmaria o processo que o País estava passando, de maneira que a integração com o país vizinho serviria para então comprovar que o Brasil estava em pleno desenvolvimento e afirmar o seu poder. Mas que estava sendo construída em uma área de segurança nacional de uma forma estratégica.

Mas quando pensamos nessa hidrelétrica podemos imaginar uma imensidão de áreas e danos que a mesma causou na região, seguindo em um contexto de grande impactos como cita Catiane Matiello:

A construção de Itaipu pode ser analisada sob diversos aspectos, contexto histórico, progresso, ditadura militar, atingidos, impactos sociais, transformações em Foz do Iguacu, relações Brasil-Paraguai-Argentina, movimentos sociais no campo, ilhéus e indígenas. (MATIELLO, 2011, p.15).

Para começar essa análise histórica será necessária a contextualização política em que a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, estava ligada diretamente às políticas de afirmação do Estado nacional brasileiro, que no período procurava moldar o Brasil numa perspectiva progressista na ordem política e econômica. Como explicou Catiane Matiello:

⁸ Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/urbe/v6n3/a06fig01.jpg> - Acessado dia 18/11/2016.

Nos discursos do governo, a construção de obras como a hidrelétrica ocupava papel de destaque, sendo tratada como fundamental à “segurança e ao desenvolvimento” do país. Mas as falas enaltecidas dos militares contradiziam o que era sentido pelas famílias diretamente atingidas pelo projeto, que assumia os contornos dos regimes autoritários, brasileiro e paraguaio, que o materializavam. (MATIELLO, 2011, p.11).

Se analisarmos desde o princípio da implantação da política ditatorial no Brasil, observamos que a população estava sujeita a uma imposição do Estado que se apoiava no:

Objetivo auto declarado de restaurar a democracia e livrar o país da corrupção e da influência comunista. Todavia não só acabou com a democracia representativa como também instaurou práticas de repressão, censura prisões e torturas. (FAUSTO, 2003, p.412).

A política do Brasil estava nas mãos de militares, neste período não era permitida a liberdade de expressão, principalmente quando se tratava de partidos políticos, e movimentos sociais que estivessem à frente de minorias da sociedade. Também havia a censura dos meios de comunicação e às manifestações artísticas.⁹

De uma forma geral, a ditadura civil-militar foi muito violenta com a população que não era aliada, além de projetarem o desenvolvimento do país a qualquer custo, que durante a década de 1960 o Brasil passou por grandes mudanças na economia, principalmente voltada para a modernização da indústria e serviços, além de contratos com outros países para o empréstimo de capital para financiar esse “desenvolvimento” do país, e que ocasionou em um endividamento externo muito elevado.

Pensando nesse processo de desenvolvimento e progresso que estava acontecendo no Brasil, o projeto da Itaipu era um dos mais importantes, mas para que o projeto se concretizasse, foi deixado de lado e esquecido o restante da população que seria afetada pela construção da Itaipu, que vivia na área onde se concretizaria a obra.

Tendo em vista esse momento em que se encontrava o Brasil, podemos dizer que o progresso era identificado pelos Militares como sendo o momento de tecnologia e modernização econômica. Assim como Le Goff interpreta o progresso a partir do livro de Bury *The idea of progress - An inquiry into its origin and growth*, explicando-o da seguinte forma:

[...] define a ideia de progresso como "o ídolo do século", ideia que impera e regula a ideia de civilização ocidental; lembra que a expressão "civilização e progresso" se tornou um lugar-comum e que se encontra a todo o momento os pares "liberdade e progresso", "democracia e progresso". (LE GOFF, 2013, p.245).

Diante do discurso de progresso o Estado nacional brasileiro sempre foi amplamente difundido e empregado como agente do desenvolvimento econômico, além de

⁹ Ato Institucional 5 (AI-5) 1968 – General Costa e Silva deu poder aos governantes para punir os inimigos do regime Civil-militar.

terem uma perspectiva de modernização e subjugação das classes sociais do país. Observamos um diálogo ainda predominantemente colonial na política ditatorial brasileira que tem todo um retrospecto colonizador, segundo Dussel.

La Modernidad, en su núcleo racional, es emancipación de la humanidad del estado de imadurez cultural, civilizatoria. Pero como mito, en el horizonte mundial, inmola a los hombres y mujeres del mundo periférico, colonial (que los amerindios fueron los primeros en sufrir), como víctimas explotadas, cuya victimación es encubierta con el argumento del sacrificio o costo de la modernización. (DUSSEL, 1992, p.139).

A partir disso, podemos observar neste diálogo de Dussel que nos deparamos com o encobrimento que o outro sofre, que as vítimas da implantação do projeto Itaipu, nesse caso os colonos expropriados de suas terras, vítimas de um processo de modernização difundido por uma perspectiva colonial contemporânea, no qual se inclui todo o aparato estatal brasileiro a partir do discurso de modernização mencionado acima.

Servindo apenas de base à ordem política instaurada, como uma forma de controle sobre as classes sociais, toda a representatividade que fosse contra esse sistema sofria forte repressão militar, sem mencionar os distintos outros métodos de controle social utilizado.

O projeto Itaipu¹⁰ foi desenvolvido e acordado dentro dos setores políticos de Brasil e Paraguai, mas não foram feitos estudos de impacto, social, ambiental, cultural, por isso que ao se trabalhar com esse processo de mobilização e aliança intermunicipais observamos mobilizações e resistências contra esse tipo de empreendimento, e como o projeto Itaipu simplesmente se impôs sobre o território, o que de fato acarretaria ainda em grandes acontecimentos. Osny Pereira aborda esses questionamentos em seu livro, como veremos a seguir.

[...] na utilização do potencial elétrico de um rio internacional cumpre-nos conhecer as características, as aspirações e o comportamento dos governos e dos povos interessados nele, do mesmo modo como quando procuramos construir encanamentos, desvios e barragens em propriedades privadas. Sempre antes, conversarmos com nossos confrontantes, verificarmos seus hábitos, sua probidade, para evitar aborrecimentos posteriores, discórdias e fracassos em nossos empreendimentos. Sabemos que, em conflito com vizinhos, obras desse gênero correm riscos sérios e, por vezes, totais. (PEREIRA, 1974, p.14).

Se considerarmos os regimes políticos instaurados no Brasil e no Paraguai durante o período da construção da hidrelétrica de Itaipu que visava um acordo bilateral entre esses dois países, nos deparamos de um lado com a governabilidade de presidentes ditatoriais, no Brasil entre os principais nomes estavam o General Ernesto Geisel (1974-1979) enquanto no Paraguai

¹⁰Assinado no dia 22 de junho de 1966, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães e o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Doutor Raúl Sapena Pastor.

Alfredo Strossner que governava com mãos de ferro desde 1958, governabilidade esta que se estendeu até o fim da construção de Itaipu chegando até o ano de 1988.

Como mencionado Itaipu foi projetada em parceria entre o Estado nacional brasileiro juntamente e o governo paraguaio, com o caráter de uma empresa Binacional. Os acontecimentos que cercaram a construção desse projeto foram caracterizados pelas repressões militares que eram umas das marcas de controle estatal no período, nos dois países.

A partir disso a autora Milena Mascarenhas 2008, faz uma análise sobre os aspectos que envolveram a construção de Itaipu, e como a mesma estaria relacionada com inúmeras condições que não foram analisadas antes de sua construção, que podemos então dizer que foi pensado na ideia para afirmar o desenvolvimento econômico do país, e para fazer um reaproveitamento hídrico para ambos os países.

Durante o processo de governo autoritário no Brasil e a implantação do projeto de construção da Usina de Itaipu, a população ribeirinha ao Rio Paraná foi avisada que durante a construção da Itaipu, haveria um alagamento e que o mesmo chegaria às propriedades de muitos desapropriados, de diferentes cidades do Oeste do Paraná.

Para que possamos pensar a partir de outro ângulo como se tornou contraditório o tão grandioso projeto da Itaipu, que antes mesmo que as obras começassem foram construídos alojamentos para os trabalhadores, hospitais, escolas, inclusive áreas de lazer. Enquanto isso estava centenas de famílias estavam sendo desapropriadas a mercê do alagamento da Itaipu, sem terem para onde ir, e com as indenizações mal pagas, ou muitas vezes sequer pagas.

Podemos perceber também que quando a hidrelétrica foi pensada, não foi aberto diálogo com as populações que de certa forma estariam sendo afetadas por esse megaprojeto, visto que a ação de saída de suas terras aos agricultores sou de forma autoritária, criando assim um sentimento de rejeição.

Como descreve Matiello, após ter realizado uma série de entrevistas com os desapropriados.

Ao não consultar a população no processo de planejamento, ao propor indenizações injustas, ao violar aspectos legais do processo indenizatório, dentre uma série de ações que as narrativas dos agricultores e agricultoras irão nos contar, a empresa binacional revela uma continuidade das relações que a criaram. (MATIELLO, 2011, p.65).

Trabalhamos então com os agricultores e suas famílias que foram desapropriados, e que perderam o bem mais precioso que possuíam, as suas terras, junto às histórias e a memória que toda a propriedade representava para cada um deles.

Além do valor simbólico que a terra possuía para agricultores, a partir do processo de colonização, a comunidade é construída em conjunto pela união dos moradores como

constroem a igreja, por exemplo, o que de certa forma acabava gerando entre as famílias um elo de amizade.

Dessa maneira podemos entender que logo que o projeto da Hidrelétrica de Itaipu foi implantado, passaram a ser feitos estudos e cálculos de até aonde a água do reservatório chegaria, e assim as famílias passaram a serem notificadas que suas propriedades seriam alagadas. Dessa forma Matiello destaca que:

Em 1974, quando as primeiras desapropriações começaram a ser realizadas pela empresa Itaipu Binacional, no oeste do Paraná, um longo processo decisório havia acontecido, sem que os interesses das pessoas que precisariam ser desalojadas fossem considerados. (MATIELLO, 2011, p. 53).

Pensando na maneira em que os desapropriados foram sujeitados, podemos notar qual foi o sentimento que os mesmos tiveram ao receberem a notícia de que teriam que sair das terras nas quais já haviam construído uma história. Não poderiam fazer nada, pois seus destinos já estavam traçados.

Usando dos lugares pertencentes aos agricultores, onde já haviam sido vividos momentos de muitas conquistas, onde até mesmo alguns haviam começado uma vida adulta, que procuravam por lugares onde viver junto de suas esposas, e dessa forma a Itaipu estaria constituindo um novo marco, após o alagamento dessas terras. Assim Matiello destaca que:

Itaipu, ao submergir lugares da memória estimados pelos agricultores, como suas casas, igrejas e plantações, fez com que eles construíssem novos símbolos e novas imagens para dela tratar, recorrendo muitas vezes a aspectos de sua cultura e cotidiano. (MATIELLO, 2011, p.37.).

Catiane Matiello em sua tese fez uma série de entrevistas com os agricultores que foram desapropriados pela Itaipu, sendo que aos poucos falaremos de algumas delas. Uma delas foi com Silvênio Kolling, onde ele destaca como foi recebida a notícia da Itaipu, até o início do processo de desapropriação:

Em 1975 começou aquela história da Itaipu e logo a gente pensou que podia ser uma coisa boa... que a Itaipu seria uma coisa boa. Isso era uma imagem! E nós pensávamos que poderíamos ter até uma lanchonete ou alguma outra coisa, porque vinha bastante gente trabalhar, né? E as promessas foram promessas excelentes! Coisa impressionante! Que ganhava tudo pago... E na verdade, os primeiros moradores até que receberam bem, só que isso foi uma estratégia de Itaipu: como de Foz até Guaíra são duzentos e tantos quilômetros, ela indenizava bem uma ou duas famílias de uma comunidade... uma aqui, outra lá... E esses colonos, recebendo bem, podendo comprar a terra deles, eram usados para fazer programas de rádio e propagandas, sabe? Usaram uma estratégia que fez com que o pessoal nem pensasse em lutar contra a Itaipu. Era só ficar rico, pegar o dinheiro e partir. Mas as coisas foram se complicando e quando a gente viu não dava mais... Com aquela inflação, se você assinasse hoje uma proposta em que você receberia "x", amanhã já não valia mais... E com a procura de terras, afinal eram oito mil famílias saindo da terra e procurando outra, né? Isso era coisa muito difícil... impossível! (KOLLING, Silvênio. 13/09/2009, *apud*, MATIELLO, 2011, p.70).

Partindo deste ponto, é fácil perceber os colonos que migraram para o Oeste do Paraná, compraram as terras, trabalharam para conquistar o que possuíam, e teriam tudo encoberto pela água, graças à construção de um megaprojeto. Mas a Itaipu não estava preocupada em pagar as indenizações levando em consideração tudo que os proprietários já haviam construído, só pagavam pelas terras, e de uma forma muito injusta porque o que já havia sido construído nessas propriedades era de um valor muito mais elevado do que o qual a Itaipu estaria pagando.

Diante deste alagamento, iniciou-se uma série de problemas causados por esse megaprojeto que propagava o desenvolvimento do país, sem se preocupar com as populações locais, que estariam sendo afetadas pela Itaipu. Surgiram inúmeras questões em torno do que aconteceria com as famílias que possuíam suas propriedades dentro da faixa que seria alagada. Dessa forma a Itaipu indenizaria os colonos que teriam que sair de suas terras. Assim que:

Para passar ao domínio da Itaipu Binacional, essa área precisou ser desapropriada, e seus proprietários indenizados e transferidos para outros lugares – tarefa que, pessimamente conduzida, produziu um drama humano e social do tamanho da própria hidrelétrica, ou seja, imenso. (MAZZAROLLO, 2003, p.40).

Esse seria um dos pontos de partida para a criação do movimento e da união desses colonos, porque não estavam satisfeitos com os preços que a Itaipu estava pagando, eram muito baixos e se tornava cada vez mais inviável que os colonos deixassem suas terras por preços injustos.

Prazos de indenização não cumpridos, preços considerados inaceitáveis, critérios de indenização obscuros e a falta de uma política de reassentamento constituíam apenas alguns dos itens no conjunto de práticas que a empresa adotava para com a população atingida. (MATIELLO, 2011, p.12).

Além de estarem sendo desapropriados, os colonos não tiveram direito a uma resposta concreta do que estava acontecendo, o que fariam agora com as indenizações mal pagas, para onde essas famílias iriam agora. Isso tudo foi um pouco da preocupação dessas famílias que nesse momento perderiam o que tinham de mais precioso, a terra.

Quando passa a ser pensado o valor sentimental que essas terras tinham para os agricultores que as compraram e as prepararam para o cultivo, mas também fica visível a percepção que os Colonos tinham para essa Hidrelétrica que estava sendo construído, nesse sentido o depoimento da Deolinda Barth, esposa de Marcelo Barth, que também foi entrevistada por Catiane Matiello, destaca que:

O governo, a Itaipu, eles deviam ter dado pelo menos uma indenização mais decente... E a gente poder ter sobrevivido melhor, não dessa maneira.... Tirar a terra da gente daquele jeito... A terra que a gente sofreu tanto pra limpar, pra deixar em ponto de plantação, de cultivar, de poder colher os produtos de uma maneira mais decente. E a Itaipu vem, e diz que a gente tem que sair, pra deixar a terra pra eles.... Pra botar uma usina, pra levar luz lá para o

estrangeiro. Que é que a gente tem que ver com isso? Eles deviam de ter feito outra coisa e não bancar uma... como se diz, é não respeitar a gente, né? Fazer a gente assinar os papel na marra, pra passar a terra pra eles. Eu digo assim: roubaram, né? Roubaram a terra de nós! Porque nós não fomos atrás de pedir, eles vieram pedir. E a gente não tava de acordo, pra quê que eles insistiram? (BARTH, Deolinda. 17/07/2009, *apud*, MATIELLO, 2011, p.116).

Este trabalho está mais ligado ao sentido em que as ações da Itaipu interferiram completamente na vida dos desapropriados, tendo em vista que quando foi acordado o projeto de Itaipu, pensou-se somente nos benefícios que a hidrelétrica traria para o Brasil e o para o Paraguai, e não foi pensado na vida dos afetados pelo alagamento. Assim quando começaram as indenizações por parte da Itaipu, pagando de forma correta a todos um valor justo, logo seguiram as outras indenizações de forma desigual e que não correspondia ao que cada um possuía como explicaremos a seguir.

No início do processo de indenizações, a Itaipu estava pagando para as famílias e comércios da Vila Alvorada, corretamente de acordo com o preço que valia, pois era nessa área que ficariam os canteiros de obras da Itaipu¹¹, que acabou servindo de exemplo, para dizer que sim a Itaipu era justa, e que pagava o preço que as terras valiam.

Mas logo os agricultores começaram a sentir realmente, como a Itaipu passou a pagar as terras de modo seletivo, como explica Justino Barth em sua entrevista com Matiello.

E a cada dia o movimento ficava mais forte e eles começaram a chegar a oferecer mais pelas terras, querendo tirar famílias do meio, querendo indenizar melhor... Mas os que tavam lá, todo mundo ficou firme. Até que no fim do empasse teve que chegar lá o chefe da Itaipu, o general Cavalcanti, e daí negociaram o fim do movimento, com um acordo muito bom, que parecia ser muito bom, mas não era tão bom assim porque faltou experiência para as lideranças. (BARTH, Justino. 26/11/2009, *apud*, MATIELLO, 2011, p.122).

De maneira que a Itaipu impôs as desapropriações, fazendo com que as famílias deixassem o que já haviam conquistado, sem um aviso prévio e uma certeza de que as indenizações seriam realmente pagas. Isto causou dúvidas e desassossegos em todos, sem saber quando e quanto a Itaipu pagaria por suas terras. Foi quando começaram as reuniões e mobilizações e que acabaram na formação do Movimento Justiça e Terra.

Nesse sentido, Maria de Fátima Bento Ribeiro em sua tese de mestrado: Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu, em seu primeiro capítulo descreve o drama que inicialmente os desapropriados sofreram, porque teriam que sair de suas terras, não se sabia para onde iriam, e nem quanto receberiam por suas terras. Como a autora defende:

O que mais preocupava os moradores da área a ser atingida pelo reservatório, agricultores e pequenos comerciantes, era o fato de não saberem quando as indenizações iriam acontecer nem quanto receberiam por suas propriedades. (RIBEIRO, 2002, p.22.)

¹¹Em 1974, chegaram as máquinas para a obra. E no fim do ano o alojamento dos operários ficou pronto.

Foi a partir disso que os desapropriados passaram a se organizar para então reivindicar preços mais justos por suas terras. Foi feita a aliança entre os colonos de diferentes municípios do Oeste do Paraná, para a luta contra o que a Itaipu estava propondo, foi somente com uma união de todos que estavam sofrendo com o alagamento compreendia-se que conseguiriam negociar preços melhores com a Itaipu.

Referente a isso os desapropriados lutariam por vários pontos que gostariam que a Itaipu levasse em consideração ao tratar do processo de desapropriação. Dessa forma:

As reivindicações do movimento eram as seguintes: - reajustes de 100% no preço das indenizações; - maior rapidez do INCRA na entrega de títulos aos posseiros na área; - terras no Paraná; - prazo para permanecer na terra desapropriada até 01.03.82, de modo a poderem colher mais uma safra de milho e soja; - indenização de 100% sobre a terra nua para posseiros;- terras gratuitas no Paraná, para arrendatários e assalariados rurais; indenização justa para os pontos comerciais dentro da área do reservatório e indenização para as vilas fora do reservatório, condenadas ao desaparecimento. (RIBEIRO, 2002, p.34.).

Os desapropriados queriam que a Itaipu ao menos seguisse esses itens, para que eles pudessem sair tranquilos. Mas principalmente que a Itaipu indenizasse de forma mais justa, referente ao que cada um já possuía, desde casas até galpões.

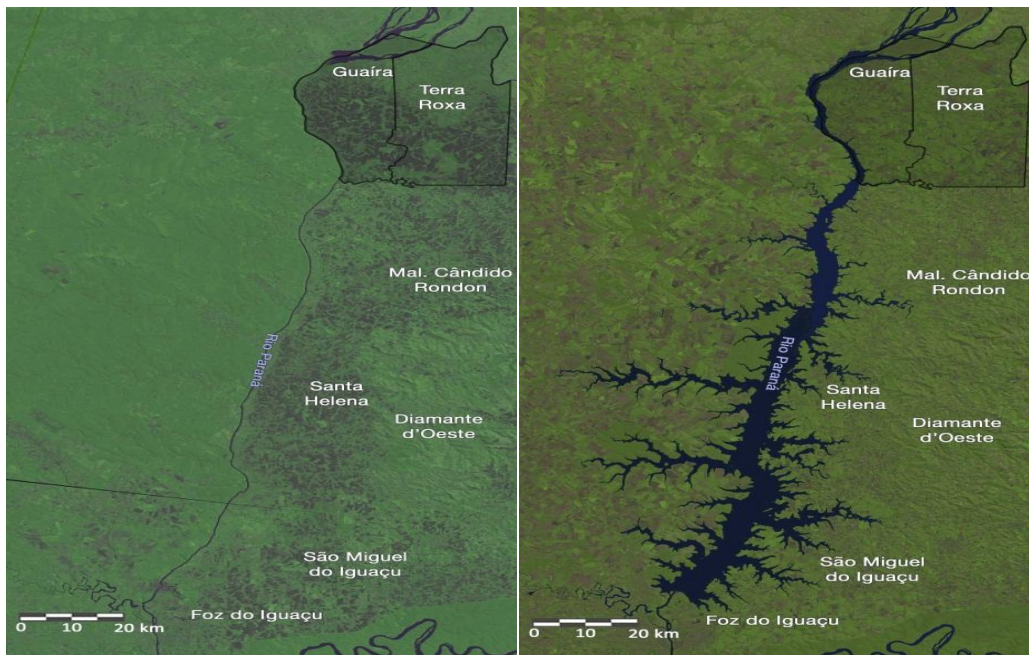
A autora também cita as mudanças que a Itaipu impôs aos agricultores que viviam na área que seria alagada, destacando a importância e a autonomia dos movimentos sociais nesse processo:

A memória do movimento de organização contra Itaipu, ainda presente nos agricultores e moradores da região, representou um dos mais importantes movimentos políticos da região, capaz de fazer a Itaipu recuar e rever os valores pagos pelas terras, obrigando os seus dirigentes a receberem a comissão formada pelos agricultores. (RIBEIRO, 2002, p.106).

Para compreendermos a contextualização histórica dessas alianças dos desapropriados contra as políticas de Itaipu, analisaremos algumas fontes que situamos quanto à compreensão do por que dessa mobilização de colonos.

Primeiramente observamos como se dariam os impactos socioculturais, e territoriais da construção da Usina de Itaipu na região oeste paranaense. O mapa a seguir evidencia as regiões que mais sofreriam com as perdas de áreas territoriais do alagamento proposto por Itaipu.

Mapa II – Antes e depois do alagamento da Itaipu, 1981/2014.



Fonte: Os ecos de Itaipu¹².

Dessa maneira podemos observar na imagem acima, o antes e o depois do alagamento da Itaipu, onde ficam claros quais seriam as áreas mais afetadas, e que por sinal não foram poucas, podemos tratar dessa maneira, de um índice de determinada porcentagem de terras alagadas, que veremos a seguir.

Os impactos territoriais que o alagamento de Itaipu pretendia articular na época, sobre a região Oeste paranaense eram pouco evidenciados pelas políticas de implantação. Somente avisos diretos aos desapropriados nas áreas de pesquisa de impacto com o desenvolver da construção de Itaipu foram feitos, e poucos mapas eram difundidos entre os agricultores que teriam suas terras alagadas.

Quando as mobilizações intermunicipais contra Itaipu começaram, os gráficos desse impacto começaram a se tornar mais visíveis, e nesse contexto que a mobilização dessas alianças ganhou força na região oeste paranaense. Os dados a seguir demonstram um pouco do que foi em números o desenvolvimento da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A desapropriação na margem brasileira do rio Paraná implicou a mais de 6 mil famílias de agricultores. Alguns razoavelmente prósperos outros nem tanto. Foram desapropriados 1001.092,5 hectares, sendo 6.913 propriedades rurais e 1.606 urbanas. O valor das indenizações somou 208.640.773,44 milhões de dólares. (PINTO, 2009, p.100).

O gráfico a seguir mostra a perda territorial em números de cada localidade afetada pela construção de Itaipu. Observa-se que a perda territorial mais significativa foi nas regiões de Foz do Iguaçu e Santa Helena. Talvez esse seja um dos principais motivos, para que as

¹² Disponível em: <http://apublica.org/os-ecos-de-itaipu/> - Acessado: 18/11/2016.

alianças entre os desapropriados desses dois municípios contra Itaipu tivesse uma visibilidade maior em referência às outras localidades afetadas.

Possibilitando-nos pensar então nas raízes do Movimento Justiça e Terra, em relação aos municípios mais afetados pelo alagamento do lago da Itaipu, onde se encontravam a maior parte das famílias que teriam suas terras cobertas pela água, e que para as quais muitas vezes foram oferecidos preços muito baixos para as indenizações.

Gráfico I - Representação em km² da área alagada.

MUNICÍPIO	Área alagada (Km²)
Foz do Iguaçu	201,84
Santa Terezinha de Itaipu	41,90
São Miguel do Iguaçu	90,91
Itaipulândia	179,73
Medianeira	1,16
Missal	40,07
Santa Helena	263,76
Diamante do Oeste	5,62
São José das Palmeiras	1,94
Marechal Cândido Rondon	56,04
Mercedes	19,32
Pato Bragado	47,07
Entre Rios do Oeste	32,90
Terra Roxa	1,58
Guaíra	51,01

Fonte: Itaipu binacional.

A formação desta aliança entre os colonos dos municípios de Santa Helena, Foz do Iguaçu e região podem ser analisadas de distintas formas. Se tratando de grupos e mobilizações sociais, acabamos por gerar um diálogo histórico entre classes, governo, projetos, e impactos, podendo assim construir uma análise baseada em fontes, tão importante na compreensão de uma estrutura colonialista impositiva.

Quando pensamos nessa parcela da população que foi determinada a sair da área em que se encontravam, e que seria alagada, podemos pensar em grupos que seriam facilmente dominados pela grande empresa no caso. Mas com a constituição do Movimento Justiça e Terra e com a união desses desapropriados seria a forma de não serem manipulados, e tentar o diálogo de forma aberta com a Itaipu.

A própria mobilização entre esses desapropriados representada em imagens e em jornais deve ser considerada de fato como um processo de resistência às implantações do Estado nacional brasileiro, para o período, levando em consideração o momento político em que o país se encontrava em resultado da Ditadura Civil-Militar.

Mas se tratando de uma união essa aliança foi fundamental, pois a partir das reivindicações da mesma que foram possíveis várias respostas e também a abertura para acordos com os dirigentes da Itaipu, de maneira lenta, de acordo com os acontecimentos, mas que possibilitaram um diálogo e muitos resultados.

Mas que fique claro que nem todos os desapropriados tiveram suas propriedades indenizadas como deveriam, e que muitos desses acabaram sem nada, e acabaram aderindo ao MST (movimento dos trabalhadores rurais sem-terra), para conseguirem um pedaço de terra para continuar suas vidas como agricultores.

2. MOVIMENTO SOCIAL

Nesta segunda parte procuramos analisar um movimento social que teve prioridade nesta pesquisa, principalmente por estar vinculado ao processo de formação do Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e também pela importância na defesa dos desapropriados, além de ser a porta voz das mobilizações.

Estudaremos a importância da formação de um movimento social, que auxiliou os desapropriados a lutarem e resistirem conjuntamente para um bem comum. Tendo em vista o desconhecimento que a população afetada tinha sobre a implantação da Itaipu, e a partir disso podemos perceber que os dirigentes da Hidrelétrica usavam do seu poder para se aproveitar, e os agricultores reagiram organizando-se.

Mas com a formação do movimento as alianças dos colonos e desapropriados tornou-se muito importante para discutir questões que ainda não tinham sido levantadas, e também como um apoio que dava força para que os desapropriados pudessem lutar unidos, e irem até o fim com as reivindicações.

Primeiramente falaremos sobre a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de sua autonomia como órgão católico, que por sua forma de organizar o movimento que se tornou de grande importância para os desapropriados, pelo seu papel junto às mobilizações. E também o Movimento Justiça e Terra (MJT), que foi formado a partir das mobilizações pelos agricultores que estavam lutando para receber indenizações mais justas por suas terras.

Os desapropriados se viram completamente sem reações para defenderem o que possuíam, a mobilização foi à forma eficaz que encontraram naquele momento para reivindicar, dessa forma concordamos diretamente com Marco Pamplona, que explica as condições das classes subjugadas pelos grupos considerados mais elevados das sociedades, e assim como podemos associar as questões da construção da hidrelétrica e os maiores prejudicados pela construção da mesma, como o autor explicou.

Sob essas condições, privados de direitos mínimos institucionalizados e politicamente subalternos, as sublevações episódicas e dispersas desses grupos tornavam-se praticamente a sua defesa única e eficaz; ou, ao menos, em tais situações, eles eram levados a acreditar que assim o fosse. (PAMPLONA, 1996, p.220).

Toda vez que os desapropriados se manifestaram foi a partir da prerrogativa de que as terras que eram pertencentes a eles, possuíam uma história, tinham um caminho nas mãos dos mesmos, que levaram muito tempo desbravando-as e construindo tudo que puderam para terem as melhores roças e melhores casas para o bem estar. E por esse sofrimento todo que tiveram, durante vários anos, se tornava muito difícil que os mesmos deixassem suas propriedades, o que fazia com que eles tivessem uma força maior de mobilização. Além de

levar anos para que conquistassem o que possuíam, ainda batia o desespero, que foi conquistado com muito esforço talvez passasse a não valer nada, por causa dos baixos preços que a Itaipu queria pagar.

Esses motivos causaram sentimentos de revolta nos desapropriados, e foi o que ocasionou as reuniões e a criação do Movimento Justiça e Terra, pelo fato de não terem um diálogo aberto com a Itaipu. O sentimento de injustiçados levou a outras providências dos desapropriados, como falaremos a seguir.

Assim esse movimento teve grande importância porque que de certa forma, os desapropriados mobilizados usaram exemplos de outros alagamentos de barragens que foram de grande influência no momento de formação da mobilização, e ajudaram muito na força e resistência da luta, sendo também uma forma que encontraram para dialogar e reivindicar os seus direitos.

Acreditamos que seja bom pensar também, não só em como essas pessoas foram surpreendidas com a notícia de que teriam que sair de seus lares, mas também na construção memorial que cada um possuía desse local, o valor sentimental, que vai muito além do material.

E para começar a contextualização, trataremos sobre a pouca informação que os desapropriados tinham sobre a instalação do projeto da Hidrelétrica de Itaipu. Nesse sentido destacamos novamente a importância do trabalho elaborado por Catiane Matiello que entrevistou e recolheu depoimentos de uma história ainda viva, e presente na vida dessas pessoas, que muitas vezes se emocionaram descrevendo o que viveram como foi possível perceber ao ler os relatos.

Destacamos também a postura da Itaipu que tratou de desapropriar os agricultores, sem um pré-consentimento, quando as obras já estavam em um estágio avançado e os moradores pouco tinha conhecimento de até onde a água do lago poderia chegar.

Antes de aprofundar o tema dos movimentos, gostaria de destacar um relato que chama muito a atenção no texto de Judite Schmitt, e que já teria sido trabalhado no texto de Castagnera, sob o ponto de vista das violências que os expropriados sofreram. No relato a seguir podemos perceber quais eram as violências que os colonos sofriam por parte dos funcionários da Itaipu.

Quando voltamos do hospital de São Miguel do Iguçu, onde fui tirar os pontos, porque tive nenê há nove dias, encontramos os ‘cara’ da Itaipu na nossa propriedade. Eles falaram que a gente tinha uma hora para tirar nossas coisas da casa e do galpão, senão eles iam botar fogo em tudo. A gente tirou o que podia e jogou no caminhão e fomos acampar no galpão do sogro, que não perdeu as terras. Quando a gente tava indo embora os ‘cara’ botaram fogo em tudo. Mas Deus não deixou queimar tudo, porque começou a chover muito. Tudo as nossas coisas ficaram na chuva. Até hoje eu sofro ataques de nervo por causa do choque que tive nesse dia. E o que mais dá raiva na gente é que até hoje a gente tá lutando na justiça pra ganhar o nosso direito. E todo esse

tempo tivemos que trabalhar muito para sustentar a nossa família, que inclusive se mudou para a cidade porque na agricultura não dava mais. (JUREMA apud CASTAGNERA, op. cit. Entrevista realizada no evento comemorativo dos 25 anos do Movimento Justiça e Terra, realizado em Santa Helena nos dias 29/30/31 de agosto de 2003 *apud* SCHMITT, 2008, p.36).

O que podemos entender é que a Itaipu fazia ameaças frequentemente para acelera o processo de desapropriação, mas como podemos ver no relato acima é uma das formas de violências que alguns dos desapropriados sofreram, e que causou nessas famílias afetadas sérios problemas psicológicos.

Agora vamos aprofundar um pouco mais sobre a Comissão Pastoral da Terra e sobre o Movimento Justiça e Terra, como uma forma de entender qual era a real ligação dos dois entre si, e também diretamente com os desapropriados, e seguir com as discussões sobre suas relações desde sua formação até as principais conquistas enquanto movimento dos desapropriados da Itaipu. É importante ressaltar que o movimento esteve na ativa até que o último desapropriado fosse indenizado.

2.1. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

O problema gerado pelas desapropriações e o grande número de famílias que seriam afetadas, fez com que as igrejas tomassem uma posição firme e forte. Assim a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se tornou uma grande aliada da causa social em que essas famílias estavam inseridas.

É importante destacar que as famílias que seriam desapropriadas tiveram um apoio fundamental das igrejas Luteranas e Católicas, e também da Comissão Pastoral da Terra, mas ficava claro que era um apoio a causa, e não eram as igrejas que estavam lutando. Dessa maneira “a entrada em cena da Comissão Pastoral da Terra e também de igrejas, por meio de pastores e padres, é colocada como um fator determinante pelos agricultores, no auxílio à sua organização”. (MATIELLO, 2011, p.5).

Mas além de ser um órgão ecumênico da igreja católica como veremos a seguir, e que foi uma partilha entre Católicos e Luteranos, foi muito importante para as mobilizações, porque sua coordenação foi iniciada por padres e pastores, e isso mostra que a CPT estava do lado de todos e não apenas de uma determinada religião. Assim como explicou Juvêncio Mazzarollo, citando os principais nomes atuantes:

O caráter ecumênico estava bem patente no fato de, apesar de tratar-se de órgão da Igreja católica, sua coordenação ter sido partilhada entre católicos e luteranos, como os padres da IECLB Gernote Kirinus, Kurt Walter Hattje e Werner Fuchs. (MAZZAROLLO, 2003, p.58)¹³.

¹³ IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Diante da abordagem histórica dos problemas e anseios dos colonos expropriados por Itaipu, surge a CPT como um órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que foi criada no ano de 1975 em Goiás, mas foi oficializado no Paraná em 1976, já com as questões da Itaipu. Instalou inicialmente seu secretariado na cidade de Marechal Cândido Rondon, onde a partir de sua atuação ecumênica, apoiou as populações rurais.

Na entrevista de Matiello com Silvênio Kolling, podemos perceber como os agricultores desapropriados ficaram felizes quando receberam a notícia da criação e do apoio da CPT em sua luta:

Na época, em 1975 surgiu a Pastoral da Terra no norte do Brasil. Isso foi como ganhar na loteria! Imagine só, um grupo de pessoas preocupado com o que estava acontecendo com os pequenos agricultores... Em 1978 o pastor Fuchs e o Claudino Veronese foram nomeados coordenadores da CPT do Paraná. O pastor Fuchs assumiu a paróquia evangélica de Santa Helena e entre uma reuniãozinha e outra, organizamos o primeiro bloqueio do escritório de Santa Helena. Na época a gente não podia fazer as reuniões abertas, porque o Ato Institucional número 5 tava de pé e não podíamos nem deixar os carros perto do local da reunião, sabe? (KOLLING, Silvênio. 13/06/2009, apud, MATIELLO, 2011, p.70).

A CPT teve um papel fundamental para a conformação do Movimento Justiça e Terra, e para o fortalecimento do grupo enquanto um movimento. Porque foi a mesma que procurou em todas as comunidades da região escolher alguns representantes que fariam papel de mediadores no ato da luta às reivindicações. E também orientavam aos principais homens do movimento, para que os mesmos tivessem reuniões e debates entre eles para que fossem amadurecendo as ideias e para então planejarem em conjunto quais seriam as possíveis soluções e de que forma conseguiriam alcançar suas metas como um todo.

O papel das igrejas apoiando o movimento dos desapropriados foi muito importante para manter os manifestantes unidos, podemos dizer que: “O elemento unificador e de coordenação é fundamentalmente das igrejas notadamente através da Comissão Pastoral da Terra, cujo secretário regional é o pastor Werner Fuchs, da igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.” (JNT, 11/03/1981, p.13).

É importante ressaltar, como a autora Ribeiro discute e apresenta em sua tese de mestrado, referente à criação da CPT e seus fundadores, a importância da relação entre as duas religiões para a conformação do movimento: “no final de 1976 foi criada a Comissão Pastoral da Terra CPT, com o incentivo de Dom Agostinho Sartori (bispo de Palmas), e o pastor da Igreja Luterana, Gernote Kirinus.” (RIBEIRO, 2002, p.35).

Com o caráter de autonomia da Igreja Católica a CPT esteve apoiando os homens no campo, tendo em vista a relação dessas famílias com a terra, e o apoio da igreja na defesa dos pobres e oprimidos. Sendo assim as igrejas se tornaram os pontos de encontro para as reuniões do movimento.

[...] religiosidade e as relações de solidariedade da comunidade foram empregadas na legitimação e sustentação da luta e que na formação de uma cultura de resistência, os (as) colaboradores (as) percebem na construção da usina relações de poder, escolhas econômicas e políticas, de modo que concepções de tecnologia caracterizadas pela neutralidade, determinismo e inexorabilidade, passaram a ser questionadas. (MATIELLO, 2011, p.17).

Como podemos perceber na citação acima, que os desapropriados já estavam cientes que não dependia apenas da Itaipu para que as indenizações fossem pagas, que a questão ia bem mais além da Hidrelétrica em si.

A Itaipu fazia parte de um projeto de progresso tecnológico e político que envolvia inúmeras pessoas e apoiadores, que faziam de tudo para que o projeto desse certo, independentemente das pessoas que seriam afetadas. Por isso foi muito importante a mobilização dos desapropriados, essa era a forma que conseguiriam alcançar o objetivo de prazos e indenizações que necessitavam para sair das terras de uma forma mais apropriada e tranquila.

Visto que as igrejas eram o ponto de encontro dos colonos, já que durante a semana todas as famílias trabalhavam em suas propriedades, sobravam então os fins de semanas para descansar e ir às igrejas, como uma forma de lazer. Esse espaço se torna então o ponto de encontro para as conversas e discussões sobre a Itaipu, e onde os mesmos ganham o apoio dos padres e pastores.

Mas é importante destacar também que a partir dos relatos dos desapropriados em relação aos depoimentos recolhidos por Matiello, e os que foram descritos nos acontecimentos nas reportagens do Jornal Nosso Tempo (JNT). Explicam que as reuniões eram feitas nas igrejas para não levantarem suspeitas. Já que havia homens mandados pela Itaipu para investigarem os futuros desapropriados, e principalmente para saber o que realmente estava passando no movimento. Então uma das formas que os desapropriados encontraram para que a Itaipu não descobrisse o que estava sendo acordado na organização do movimento, foi resolver que a reunião do movimento seria dentro da igreja, até por causa da ligação direta com a CPT, que ajudou muito nessa parte.

A Comissão Pastoral da Terra/Regional, no Paraná durante a CPI da terra em 1978, teria tido um papel muito importante, onde o pastor da Paróquia Luterana Gernote Kirinus teve a oportunidade de denunciar os problemas causados pela Itaipu, problemas sociais, econômicos, e emocionais. E esse pastor passava a ter um papel muito importante na luta e mobilização dos desapropriados citadas.

Dessa forma a criação desta comissão seria uma maneira de lutar para os desapropriados não perderem o único bem que possuíam. Tida como forma de resistência às ações políticas adotadas pelo governo brasileiro, a CPT apoiou a aliança dos desapropriados que abrangia os diversos municípios afetados pela construção de Itaipu.

Foi a partir da CPT que os desapropriados da Itaipu tiveram conhecimento de outros episódios nos quais as hidrelétricas não haviam pagado as indenizações que correspondiam aos desapropriados pelas construções das mesmas, em diferentes regiões do Brasil, em uma mesma história que sempre se repetia, de maneira que os colonos fossem os maiores prejudicados. Mas que serviram de exemplo aos desapropriados da Itaipu, que organizaram um movimento para exigir as indenizações de forma mais justas.

Muitas vezes os próprios pastores membros da CPT apoiavam os desapropriados a irem à luta, como explicou Schmitt ao falar de como se dava essa mobilização:

No ano de 1978, os representantes da Comissão Pastoral da Terra, na região oeste, principalmente, o pastor Gernote Kirinus e também Kurt Walter Hattje, no intuito de mobilizar o povo e tentar conduzir a mobilização dos atingidos, iniciaram um trabalho junto às comunidades atingidas, conhecido como Projeto Arca de Noé. Este projeto foi elaborado no mês de março, em Marechal Cândido Rondon, pelos membros da CPT e obteve apoio financeiro internacional da Federação Luterana Mundial, com sede na Alemanha, que enviou verbas para a execução dos trabalhos. (SCHMITT, 2008, p.50).

Foi a partir desta problemática que a CPT, em 1978, publicou em seu boletim o texto “Mausoléu do Faraó”, onde foi descrito o drama de mais de 8 mil famílias que estavam sendo desapropriadas pela Itaipu. Registrando o que essas famílias estavam passando com esse processo, e qual era o real valor que a terra possuía para essas pessoas. Este documento é muito importante, porque os desapropriados tiveram a oportunidade de expressar o que estavam passando, e é onde também foi relatado como aconteciam as conversas e reuniões, que foram causadas pela angústia de cada um deles.

O movimento coordenado pela CPT foi uma das primeiras formas de mobilização atuantes contra Itaipu, que contou com o apoio de instituições religiosas que foram muito importantes para se pensar ao longo da construção da barragem e até o processo que os desapropriados deveriam reivindicar seus direitos. Foi o ponto de partida para a criação do Movimento Justiça e Terra (MJT).

E podemos perceber também que a Itaipu não via os padres e pastores como lutadores da causa, tanto que quando era feita alguma reunião, a Itaipu não aceitava a presença dos mesmos nas reuniões, só queriam conversar diretamente com os futuros desapropriados, como cita Juvêncio Mazzarollo em sua entrevista a Matiello.

Tanto assim, que os agricultores sempre contavam com as lideranças religiosas, sindicais e políticas ao lado deles. Mas nas reuniões com Itaipu, com o Departamento Jurídico, a própria Itaipu, às vezes, não queria saber da presença do bispo, ou não queria o pastor Werner Fuchs. Se iam fazer uma reunião com uma comissão dos desapropriados, já vetavam os nomes, dizendo “Nós só aceitamos desapropriados”. Como o bispo não é proprietário de terra desapropriada, o padre de Santa Helena também não, o pastor Werner Fuchs também não é proprietário, então não tem o que fazer na reunião. Eles diziam “Tudo bem, os agricultores vão lá e saberão se defender. Eles são as vítimas e

eles vão se defender”. E se defendiam! Brigaram bonito. Surpreenderam com a visão das coisas, com a capacidade de argumentação e com a coragem de enfrentar general, advogado Paulo Cunha, de São Paulo, doutores, donos do mundo e da verdade! (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud*, MATIELLO, 2011, p.169.).

É dessa forma que podemos perceber o quão forte era o desejo dos dirigentes da Itaipu, que queriam apenas negociar com os desapropriados, mas sabiam que com os padres e pastores seria mais difícil de negociar. Pensavam que os desapropriados fossem ignorantes, e que por meio de chantagens seria mais fácil negociar com eles.

Além do fundamental papel das igrejas nesse processo, a união e resistência dos agricultores foram muito importantes na luta como um todo. Assim como destacou Catiane Matiello:

[...] nas reivindicações por direitos individuais e comunitários, contra a autoridade do Estado, observamos a principal forma de reconhecimento de pertencer a uma classe e na união, mediante a resistência, a forma de articular os interesses mobilizados ao longo do processo. (MATIELLO, 2011, p.5)

Foi notável a união e resistência dos desapropriados, características que influenciaram para o sentido à luta, e também para que o Movimento tivesse um maior êxito. Destacamos então a importância da união do movimento como eixo central para as conquistas das indenizações.

2.2. MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA

O Movimento Justiça e Terra foi criado em 1980. E foi através da criação deste movimento que os desapropriados encontraram uma maneira de reafirmar enquanto mobilização quais eram suas principais reivindicações.

Logo que surgiu o problema das desapropriações que abrangeram muitos municípios do Oeste do Paraná, como já foi citado, começaram também as mobilizações para discutirem o que poderia ser feito em relação às indenizações e para que a Itaipu abrisse o diálogo. Foram através destas reuniões entre os desapropriados, que passaram a se organizar como um Movimento.

O Movimento Justiça e Terra (MJT) foi formado através da união dos colonos das cidades de Santa Helena, Foz do Iguaçu e de outros municípios da região e que buscavam a luta por justiça nas indenizações de suas terras além da minimização dos impactos socioculturais, que já estavam ocorrendo.

A organização do Movimento ocorreu de uma forma rápida, já que os desapropriados se reuniram e se organizaram rapidamente, pois precisavam de uma resposta e estavam preocupados com o tamanho do problema que a Itaipu estava criando, e como também estavam envolvidas muitas pessoas, porque a formação do lago estaria atingindo muitas

comunidades em muitos municípios, então a mobilização das pessoas e das famílias ocorreu de forma mais intensa.

E quanto à escolha do nome Movimento Justiça e Terra podemos observar como foi apresentado o mesmo, com a significação que foi dada à mobilização dos desapropriados no JNT, assim que:

Ao movimento foi dado o nome de Justiça e Terra, significado que os colonos, exigem a troca de terra por terra, não por dinheiro – proposta que, infelizmente, esbarra no princípio constitucional que determina a indenização em dinheiro dos bens expropriados em função de um decreto de utilidade pública como é o caso da área necessária para a hidrelétrica de Itaipu. (Jornal Nosso Tempo, 13/03/1981, p.13).

Diante de todos os desapropriados existia uma grande aflição em saber o que aconteceria com cada um deles, para onde iriam e principalmente se a Itaipu pagaria um preço justo pelas terras, por isso a forma de resistir que os desapropriados encontraram foi através da mobilização e da formação do Movimento Justiça e Terra.

O movimento usou de várias estratégias para se afirmar e ganhar apoio como uma manifestação autônoma, entre essas “A poesia de cordel foi um instrumento utilizado para a divulgação do Movimento Justiça e Terra” (2002, p.34) como citou Maria Ribeiro, explicando que essa foi uma das táticas que os agricultores utilizaram contra o opressor Itaipu.

Observando assim através das entrevistas que Matiello fez com um destes desapropriados, Marcelo Barth, destaca-se a reação das pessoas durante as pré-instalações da Hidrelétrica de Itaipu, a preocupação e curiosidade de como seria este processo.

As conversas eram cada vez mais frequentes e toda vez que se reuniam duas, três pessoas ao invés de se perguntarem “como é que vai o tempo?”, como era o normal, já se perguntavam se não tinham notícia de Itaipu. A comunidade de Alvorada, que já ficava mais perto da construção da represa, estava sendo desapropriada, então se esperava que as desapropriações seriam em sequência e que o próximo conglomerado urbano seria Itacorá, que estava já em fase de se emancipar politicamente. Já tínhamos uma estrutura muito boa, lá. Diversos mercados, postos de gasolina, hospital, farmácias... inclusive a residência de um padre, o padre Bruno Busata. Então era uma comunidade florescente, mas que estava sendo atormentada por essa conversa de Itaipu. (BARTH, Marcelo. 17/07/2009, *apud*, MATIELLO, 2011, p.100).

É possível notar que os colonos já possuíam um histórico de amizade, convívio e que possibilitava o diálogo. Que independente das relações se darem através da igreja onde eram feitas as reuniões e organizações, a problemática das indenizações da Itaipu alcançou uma relativa importância e preocupação no dia-a-dia desses moradores.

Dessa forma consideramos importante trabalhar com o Movimento Justiça e Terra, que a partir de sua implantação, adquiriu a função de reivindicador e passou a atuar como um meio de luta dos desapropriados.

Barth deixa claro que as desapropriações de Alvorada foram as primeiras, pelo fato de grande parte das obras serem feitas naquele local onde estava esta vila. E que por consequência as outras vilas, e propriedades seriam as próximas a serem desapropriadas. Mas também é possível perceber que pagar bem a primeira vila, foi uma estratégia para tentar acelerar as desapropriações, e poder utilizar esse fato como um exemplo de que todas as desapropriações seriam pagas corretamente.

Um dos líderes do MJT, Marcelo Barth acreditava que para serem ouvidos os manifestantes deveriam atrair atenções do Brasil inteiro. Por isso, o apoio dos manifestantes e dos movimentos envolvidos, eles resolveram montar acampamentos diante do escritório da Itaipu, inicialmente no município de Santa Helena, e sem nenhuma resposta os desapropriados partiram para uma mobilização em Foz do Iguaçu, assim como explicamos abaixo.

Acreditamos que um ponto importante para se pensar, seria o momento em que se criou o Movimento de mobilização dos desapropriados, pensando na forma em que os agricultores encontraram para dialogar entre si, e também com os dirigentes da Itaipu. Porque eles acreditavam que conseguiriam se unir? Em nossa opinião a união dos desapropriados foi muito importante para a conquista de seus direitos coletivamente.

Então para a contextualização do momento da formação do Movimento Justiça e Terra, Schmitt explica as principais atuações dos desapropriados, como acontecia a organização até o momento das mobilizações como forma coletiva, e a formação dos acampamentos para uma conversa direta com a Itaipu, bem como quando começaram as organizações, reuniões, e as primeiras tentativas de um diálogo com a Itaipu. A partir do relato a seguir, temos uma base de como aconteciam essas organizações, principalmente quando se tratava de reivindicações, faz-se pensar que tipo de resposta os desapropriados gostariam de ter, uma vez que estavam solicitando soluções com a presidência da república. Dessa maneira:

A primeira mobilização coletiva dos expropriados ocorreu, em 16 de outubro de 1978, em Santa Helena, no oeste paranaense, quando os expropriados se reuniram para discutir sobre os problemas que estavam enfrentando em relação às indenizações e encontrar soluções. Foi elaborado um documento para ser entregue ao presidente da república, em sua visita a Foz do Iguaçu, para inaugurar o canal de desvio do rio Paraná. Uma segunda reunião coletiva foi convocada novamente para Santa Helena, em abril de 1979, onde foi elaborado um documento para ser entregue aos dirigentes da Itaipu. Em julho de 1980, como a empresa não atendeu as solicitações dos expropriados, principalmente melhores preços para as propriedades, estes decidiram acampar em frente aos escritórios da Itaipu Binacional em Santa Helena para pressionar os dirigentes a solucionar as questões pendentes entre atingidos e Itaipu. (SCHMITT, 2008, p.16).

Nesse primeiro momento os colonos acamparam em Santa Helena para reivindicar seus direitos durante 15 dias, após o setor Jurídico da Itaipu negociar, e convencer os desapropriados a levantar a mobilização. Mas nada do que foi proposto pela Itaipu aos

desapropriados foi cumprido, o que fez com que os mesmos se organizassem e fossem manifestar em Foz do Iguaçu, em frente à sede administrativa da usina.

Em Foz do Iguaçu os colonos desapropriados achavam que as negociações seriam mais rápidas, e que sairiam com o dinheiro das indenizações nas mãos, mas depois de 54 dias acampados, com dias muito difíceis, pois o local onde estavam acampados não possuía água, e os manifestantes não obtiveram apoio da prefeitura de Foz do Iguaçu, somente de outros municípios que enviavam caminhões de água, as dificuldades eram diárias, distantes das famílias, e das obrigações enquanto agricultores. O local onde ficaram acampados era próximo da sede administrativa da Itaipu e ficou conhecido como “Trevo da vergonha”.

2.3. ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÕES

Destacamos a importância de um movimento de resistência em uma região que sempre foi pouco organizada para as lutas sociais durante este período, e como foi importante a união dos desapropriados no ato da luta, onde os mesmos não possuíam nenhuma experiência como manifestantes, e participantes de algum movimento. Com o apoio da CPT e a formação do MJT, ficaram mais claro quais eram os objetivos dos reivindicadores em seus momentos de luta, dando certa estabilidade aos manifestantes como um núcleo formado pelo movimento.

Primeiro a notícia de que as terras seriam alagadas, sem muita informação, apenas a notificação de que teriam que sair de suas propriedades. Depois as consequências de pagamentos de indenizações injustas, preços que não pagavam o valor cem por cento das propriedades. Injustiças que despertaram nos desapropriados vontade de justiça, de luta e resistência, para que pudessem receber os valores que realmente mereciam por suas terras. Este é o processo que devemos analisar o momento de organização e a luta dos desapropriados, que é muito importante, já que esses agricultores não tinham um histórico de mobilização.

Quando pensamos na Itaipu pagando as indenizações, imaginamos que estaria pagando de forma justa para todos, o valor que seria cabível ao que cada um possuía. Mas isso não é certo, a Itaipu não pagava o valor que devia e pior, ainda fazia uma seleção para dizer o que deveria pagar a cada desapropriado. Mais injusto ainda, queria subornar os desapropriados, com os documentos faziam chantagens, como foi descrito pelos agricultores.

O processo de pagamento das indenizações das terras é o momento em que os colonos se sentiram mais injustiçados. Podemos dizer que a Itaipu fazia uma espécie de chantagem para que os manifestantes aceitassem o valor que ela queria pagar e que parassem as mobilizações. Mas esse valor que a Itaipu queria pagar não correspondia ao valor que realmente tinham as terras, e esse é o momento em que os desapropriados resolvem se unir.

A Itaipu adotou alguns critérios indenizatórios para serem aplicados, mas esses critérios não satisfaziam os desapropriados, porque não era justo ao que cada um possuía. Esse foi um fator importante para o início dos movimentos formados e das manifestações em diferentes cidades da região oeste do Paraná, até o momento dos acampamentos onde estavam instaladas as sedes administrativas da Itaipu.

Temos aí um dos principais pontos que motivou a luta dos desapropriados, e que fez com que houvesse uma união para reivindicarem. O desejo de todos era que a Itaipu passasse a pagar valores coerentes ao que valia cada propriedade, sem diminuir os valores, e sem querer fazer com que as propriedades valessem menos.

Mazzarollo em seu depoimento para Matiello descreve um pouco da luta dos desapropriados. Afirma que eles não possuíam uma experiência com manifestações, já que esses agricultores nunca tiveram histórico de mobilização e de luta. Foi a partir desta união dos desapropriados e o processo de reivindicação para preços mais justos pelas propriedades, que se formou o Movimento Justiça e Terra.

A luta dos desapropriados teve uma dimensão pedagógica e didática muito importante. O processo das indenizações começou e Itaipu começou a acertar, fazer acordos individualmente com os proprietários. Muitos ficavam satisfeitos, outros não, e chegou um momento em que, à medida que o processo se acelerou, muita gente se viu indenizada, levantando acampamento, procurando terra e batendo cabeça. Então começaram a ver que estavam diante de uma situação muito difícil e que iria se criar uma dificuldade tremenda. E eles não tinham nenhum elo, de experiência de luta, de resistência. Todo mundo achava que tinham que encarar pessoalmente e ver no que ia dar. (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.168).

Faz-se necessário pensar na maneira como a Itaipu de forma manipuladora deu início ao processo de indenizações das terras e como esta fase estaria causando um mal estar nos futuros desapropriados. A incerteza se tornou a maior pedra no caminho dessas famílias, maior causadora da angústia vivida por essas pessoas, o que deixava esses desapropriados revoltados, como discutiremos a seguir.

Nesse sentido Marcelo Barth destaca também durante sua entrevista a Matiello como estava se dando o início das indenizações, e como os futuros desapropriados já estavam nervosos com a Itaipu e com as imposições deles diante da população.

O povo estava revoltado e cansado da mentira, porque as reuniões que Itaipu fazia eram simplesmente para conter os ânimos e tranquilizar. Eles colocavam cartazes em cada boteco de esquina, dizendo “Fique tranquilo, Itaipu vai indenizar a todos”, mas não indenizavam! O dia não acontecia! A coisa não vinha! Como se dizia na época: a proposta de Itaipu não vinha. Noutras regiões se ouvia falar que as propostas eram num valor tão ínfimo, tão baixo, que não tinha como fazer a transferência para outro lugar, nas mesmas condições. (BARTH, Marcelo. 17/07/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.101).

As indenizações das terras dos colonos tinham uma política de ressarcimento inconstante elaborada pela Itaipu, que não foi satisfatória para os desapropriados e que acabou sendo um dos argumentos principais da mobilização formada pela aliança dos manifestantes afetados e que se sentiam injustiçados.

As indenizações demoraram a acontecer, até porque a Itaipu não tinha pressa em pagar, apenas um desejo de pagar menos aos desapropriados, e isso estava causando um desespero em todos os afetados.

Juvêncio Mazzarollo descreveu em seu livro: *Taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto em Itaipu*, como se fazia a seleção dos valores que deveriam ser pagos nas indenizações aos desapropriados, de maneira que os desapropriados deveriam sempre se sujeitar ao que a Itaipu impusesse diante do processo que se apresentava da seguinte forma:

Itaipu media as terras e depois as confrontavam com as escrituras em poder dos proprietários. Em muitos casos apareciam diferenças. Se a escritura apresentasse área maior que a encontrada pelos técnicos da Itaipu, valia a medição da Itaipu; se apresentasse menor área, valia a do proprietário. (MAZZAROLLO, 2003, p.52).

Dessa forma, a Itaipu manipulava os desapropriados, fazendo jogos com a intenção de pagar um preço baixo às indenizações, com a tentativa de manipular as documentações das terras de muitos desapropriados, como explicou Mazzarollo.

Devido a esta imposição da Itaipu, os agricultores futuros desapropriados tinham em mente que se unissem teriam um resultado mais efetivo em suas manifestações, uma organização para compartilharem como estava o processo de pagamento de cada indenização, fazia os desapropriados terem a ciência de como a Itaipu estava manipulando cada um deles.

Mas é importante pensar também que a Itaipu queria que acabassem as mobilizações, e que agiram com o objetivo de desequilibrar as mesmas, como citou Schmitt: “havia um jogo de interesses muito grande por parte dos funcionários da Binacional, que ofereciam preços melhores a alguns proprietários, na intenção de quebrar a resistência dos atingidos e, muitos expropriados acabavam aceitando as ofertas estabelecidas pela empresa”. (SCHMITT, 2008, p.53.)

Na citação acima é possível perceber como era frequente o número de ofertas que os desapropriados recebiam, mas que ainda não satisfazia os desapropriados foi sua luta era pelo preço justo, e os desapropriados estavam motivados a se manter mobilizado até o momento em que todos recebessem suas indenizações.

A Itaipu mantinha o discurso de que estava sempre aberta ao diálogo com os agricultores, mas que eles não queriam se expor nas grandes mobilizações, queriam negociar com um responsável do grupo. Na maioria das vezes o discurso da Itaipu não resolvia nada do

problema dos agricultores, já que na verdade a intenção da Itaipu seria apenas acalmar o ânimo dos manifestantes.

Diante das tentativas fracassadas de negociações, os manifestantes queriam conversar diretamente com os governantes. Dessa maneira os agricultores comunicavam a Itaipu, de modo que correspondessem a todos de forma unificada, atendendo às necessidades de todos, e pediam a resposta de um órgão competente, como no exemplo a seguir: “Agricultores desapropriados exigem a presença do governador, dos ministros da agricultura e das Minas e Energias e do diretor-geral da Itaipu para negociar em Santa Helena, com urgência”. (MAZZAROLLO, 2003, p.91).

Mesmo assim antes de aprofundar as questões referentes às indenizações e aos movimentos sociais, para entender melhor como aconteceu esse processo, gostaríamos de destacar o impacto que o alagamento causou em muitas comunidades, e que inclusive muitas dessas foram alagadas por completo, como aparece na entrevista que Matiello fez com Hugo Leopoldo Heinzman, onde ele destaca que:

Itaipu foi um evento que marcou o oeste do Paraná. Por exemplo, teve um impacto muito grande nas localidades... Missal, dentre outras, foi mais atingida. Outras localidades simplesmente desapareceram, como por exemplo, Itacorá, Sol de Maio, Itavó, Aurora, Alvorada do Iguaçu, que simplesmente desapareceram do mapa. E lógico que depois houve um reordenamento, muitas famílias foram para a cidade, outros, para outros estados, seja regiões novas no Mato Grosso, Brasil Central e até o Nordeste, mas predominantemente para o estado do Mato Grosso e Rondônia. (HEINZMAN, Hugo. 17/06/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.85).

De forma geral o impacto da formação do lago atingiu muitas localidades e acabou com algumas comunidades por completo, como explicou Heinzman. Foram centenas de famílias que viviam em comunidades com laços já formados com seus vizinhos, com histórico de amizade pelo tempo em que já viviam na mesma comunidade, e que tiveram que migrar até para outros estados do Brasil.

A representação a seguir demonstra as propostas de acordos políticos nas indenizações de terra estipulados pelas políticas dos dirigentes de Itaipu, que com o desenvolver da mobilização dos desapropriados na aliança intermunicipal Justiça e Terra se tornou alvo de questionamento político e econômico.

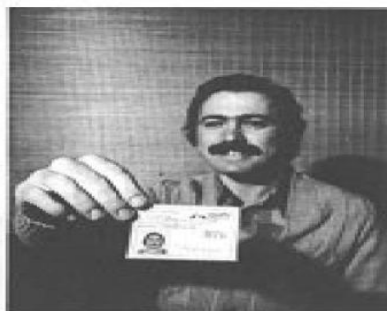
É possível perceber nas manchetes do Jornal *Nosso Tempo*, que a Itaipu usava meios de comunicação para financiar campanhas, com a parceria de artistas e pessoas famosas para comunicar as indenizações, como podemos perceber na imagem a seguir, onde aparece o cantor gaúcho Teixeira, o radialista Zé Bettio e o ator Lima Duarte.

Além de tentar manipular os desapropriados, a intenção da Itaipu com esta propaganda era apressar as desapropriações. Quando a Itaipu passou a usar figuras importantes

em seu discurso, sua intenção era usar de figuras famosas em âmbito nacional para convencer aos desapropriados, o que seria uma estratégia para acelerar este processo. Mas na verdade não era o certo, havia uma grande contradição por trás destas propagandas, e as mensagens que as mesmas passavam eram enganosas. Ou seja, passam a usar a credibilidade dos artistas junto ao povo.

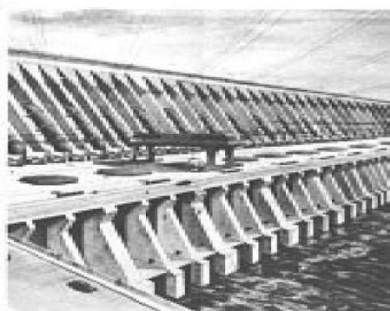
Imagem I- Uso de famosos para tranquilizar os desapropriados.

Para a formação do lago, Itaipu vai precisar comprar as áreas próximas das margens, para alargar o rio e fazer a represa.



EVITE INTERMEDIÁRIOS

Trabalhe diretamente com os homens da Itaipu. Eles estão aí pra ajudar. Peça sua orientação e carinho deles. É gente que não brinca em serviço. Aguarde. Você será procurado pelos representantes credenciados da Itaipu.



FIQUE TRANQUÍLO

Todos os proprietários vão ser indenizados. Quem tiver propriedades na região, pode ficar tranquilo. Seja dono de fazenda, sítio ou casa. Não precisa se preocupar. Depois de receber o dinheiro, você poderá continuar na terra produzindo, até Itaipu precisar dela.



ITAIPU PAGA O PREÇO JUSTO

Para comprar as propriedades, Itaipu está fazendo um levantamento geral. Inclui-se de todas as benfeitorias que existam: lavouras, mangueiras, poços e cercas. Na base do preço justo, Itaipu garante o pagamento pra todos os proprietários.

Colaborando com o pessoal da Itaipu, você estará ajudando a construir a maior usina hidrelétrica do mundo.

Fonte: Arquivo Biblioteca Municipal de Marechal Cândido Rondon, *apud* RIBEIRO, 2002, p.38.

Normalmente essas campanhas passam uma imagem de segurança e justiça, uma tentativa de mostrar que a Itaipu estaria fazendo sua parte, e que realmente estava pagando as indenizações. Somente os desapropriados sabiam que o processo era mais difícil, pois estavam sentindo as reações dos processos de manifestações, e não estavam tendo respostas positivas.

Os desapropriados relatam ainda (como vimos com Matiello) que a Itaipu usava de ameaças para tentar evitar que os colonos se aliassem aos grupos formados pela Comissão Pastoral da Terra. Porque sabiam que era mais complicado manipular os desapropriados se eles fizessem parte de um grupo maior e unido, onde compartilhavam as informações de seus dias e experiências juntamente com as propostas dos dirigentes da Itaipu.

Juvêncio Mazzarollo foi um dos fundadores do JNT, que circulava no período da construção de Itaipu, principalmente em Foz do Iguaçu e que será discutido no próximo capítulo, Juvêncio foi uma das principais figuras políticas de esquerda que denunciaram o descaso dos expropriados. Em seu livro citado acima, que foi escrito a pedido da própria CPT,

onde ele desenvolve as ideias de como o movimento de resistência dos desapropriados ganhou força, essencialmente após a formação do movimento Justiça e Terra.

O presente trabalho retrata as lutas do povo contra o monstro da Itaipu em função do trauma das expropriações. É uma luta onde os poderes são desiguais, mas é também uma demonstração de que os poderosos também se depararam com limites em sua sanha, quando o povo se organiza e resolve resistir e fazer exigências. (MAZZAROLLO, 1980, p.65).

Visto que os colonos não participaram do processo de implantação de Itaipu, os conflitos no desenvolver do projeto foram constantes, resultando na criação do Movimento Justiça e Terra. O baixo preço proposto por Itaipu para as indenizações das terras dos desapropriados, sem relação com os preços de mercado e com critérios conhecidos; a inexistência de laudos de avaliações das terras; as indenizações pagas aleatoriamente, sem propostas coletivas; pressões por parte da Itaipu na aceitação dos preços estipulados, descontos de rios e estradas na indenização das terras; descontos automáticos de débitos em bancos que os colonos tivessem; e a inexistência de preocupação da Itaipu com o reassentamento dos expropriados.

[...] Nas reuniões de 1976, Itaipu prometia que todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978 e que todos teriam tempo para se colocar em outra área e, ao mesmo tempo, continuar plantando nas terras desapropriadas. Diziam que ficassem tranquilos que Itaipu pagaria “preço justo” e que estava empenhada junto ao INCRA para titular as áreas de posse. [...] (GERMANI, 2003, p.70)

Promessa não cumprida em meados de 1977: muitos colonos de Santa Helena e Foz do Iguaçu começaram a receber as indenizações por suas terras com um valor muito abaixo do prometido. Juntando-se aos indicativos descritos acima o MJT ganhou força.

O Boletim Informativo “Poeira” que circulava na região de Foz do Iguaçu e nos entornos da Usina descrevia alguns pontos como essenciais para um acordo entre Itaipu e colonos do Movimento Justiça e Terra. Entre elas estavam:

1. Mais rapidez na titulação das terras pelo INCRA e na efetuação das propostas e dos respectivos pagamentos pela Itaipu; 2. Preço mínimo de CR\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) por alqueire de terra nua e aumento proporcional nas áreas urbanas; 3. Esclarecimentos mais completos e corretos sobre a retitulação, a desapropriação e o reassentamento. (Boletim Poeira, Ano III, nº. 12, Julho/Agosto de 1980, p.5)

Diante destas exigências pedidas pelos colonos que estavam sendo prejudicados com a formação do lago, então a Itaipu em forma de resposta emitiu um documento com as seguintes colocações:

– Todos que assinam o acordo com a Itaipu sobre o valor da desapropriação vão receber agora uma segunda via do laudo de avaliação. Antes a Itaipu deixava os que tinham assinado no escuro. – Se comprometeu pagar em 30 dias, a Itaipu tem que se esforçar em cumprir a sua palavra, e não demorar mais de 90 dias, disse o seu Presidente. – Da mesma forma está “estudando”

um aumento na metade deste ano, no preço da terra. – As terras à venda no Oeste do Paraná serão informadas pela Itaipu ao agricultor desapropriado. As entidades (sindicatos) vão fazer uma troca dessas informações. – Sobras de terra menores que o módulo do INCRA podem ser, excepcionalmente, tituladas. Para tal, a Itaipu entrega um memorial descritivo dessa área remanescente ao Incra. (Boletim Poeira, n°8, abril de 1979, p.8).

Observando que as políticas de implantação de Itaipu geravam somente um retorno escrito sem uma resposta de âmbito prático, depois de decorridos três anos do início dos diálogos entre o movimento e Itaipu, os desapropriados de Santa Helena e Foz do Iguaçu decidem através de um retrospecto descritivo das ações já tomadas, partir para a formação de mobilização em forma de campanha nos módulos da Itaipu nas cidades de Santa Helena e Foz do Iguaçu. Esse retrospecto descritivo foi publicado no Boletim Poeira em agosto de 1980.

Desde o início das expropriações promovidas pela Hidrelétrica de Itaipu, vêm os agricultores atingidos pleiteando justos preços e terras no Paraná. Em algumas ocasiões, reunidos em Assembleia, os lavradores do Oeste Paranaense expuseram suas posições, encaminhadas às autoridades em vários documentos. Muitas reuniões foram realizadas e seus apelos foram divulgados na Imprensa. Paralelamente, muitas promessas foram feitas, com várias delas não concretizadas, total ou parcialmente. A demora no atendimento de algumas delas, por outro lado, tem acarretado inúmeras dificuldades. (Boletim Poeira, n°. 12, Agosto de 1980, p.5.).

De acordo com documentos históricos presentes no Centro de Direitos Humanos em Foz do Iguaçu, os “Documentos Revelados” de Aluizio Palmar, houve dois momentos essenciais na mobilização entre os colonos de Santa Helena, de Foz do Iguaçu e dos demais municípios, que estiveram presentes na luta dos desapropriados, que ficaram marcados entre uma frente de mobilização em frente ao comitê gestor da Itaipu em Santa Helena, e uma segunda mobilização em Foz do Iguaçu, se aliando aos demais colonos que já manifestavam.

É interessante abordar o tema de como os desapropriados se sentiram ao ver as terras onde moravam, onde construíram uma história, em baixo do lago. Nesse sentido, na entrevista que Matiello fez com Silvêncio Kolling é possível perceber a reação que o desapropriado teve no momento em que viu sua antiga propriedade alagada, principalmente o sentimento de tristeza.

Eu voltei lá em novembro de 1982... Quando fui, vi aquela água toda. Porque lá onde eu morava tem 30 metros de água... Inundou tudo, tudo... onde tinha escola, onde tinha igreja, onde a gente começou... Nossa... Isso dói... Ah! Isso mexe com a pessoa! Não dá pra você entender o que é isso. A gente levou essa surra... foi difícil. Só que você tem que pensar na vida e seguir, né? Essas coisas fazem parte da vida, mas é complicado... (KOLLING, Silvêncio 13/06/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.73).

Mas no sentido da luta, da união e da resistência dos desapropriados, os agricultores demonstram que a mobilização foi muito importante para as conquistas do grupo como um todo, e que se não houvesse resistência, talvez não tivesse o mesmo êxito que obtiveram.

É importante observar o significado da luta em seus diversos sentidos, assim como aconteceu com os desapropriados, sendo obrigados a saírem de suas propriedades pela imposição de uma hidrelétrica, forçados a mudarem seus modos de vida, assim que se unem:

[...] a luta pela compensação de perdas materiais com a luta pelo reconhecimento sócio-cultural das populações atingidas e reparação pelas intervenções forçadas na reprodução histórica de suas culturas, seus modos de vida e sobre o meio ambiente. (SCHERER-WARREN, 2007, p.9).

É importante destacar questões ligadas à memória coletiva dessas famílias que tiveram que deixar suas terras por algo que foi imposto com a implantação da Itaipu. O que nos permite um amplo diálogo com as questões da memória e da história. Assim como trabalha Jacques Le Goff:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 2013, p.435.).

Principalmente quando nos deparamos com luta coletiva, em busca de solucionar um problema que afetava centenas de famílias, as questões que envolvem a memória são essenciais, pelo sentido de permanecer, e de propriedade, e aí quando há a necessidade de sair delas, surgem manifestações e diante destas a criação dos movimentos sociais.

A memória dos desapropriados estaria ligada ao processo de pertencer um lugar, um espaço e que acaba sendo caracterizado como formador de uma identidade. Mas que no caso do processo de construção da Itaipu, essa identidade é abalada, e resignificada.

O Movimento Justiça e Terra atuou até o ano de 1982, porque uma das regras do movimento era que o mesmo não acabaria até que o último agricultor não fosse indenizado. Assim como explica Schimtt:

O ano de 1982 ainda foi de mobilização para os atingidos que não tinham recebido a indenização, como fora estabelecido no último dia de acampamento em 1981 em Foz do Iguaçu: “o Movimento Justiça e Terra continua. Ele só acabará com o último agricultor indenizado”. Assim, o ano de 1982, marca o fim da desarticulação para os atingidos com as últimas negociações e indenizações. (SCHIMTT, 2008, p.8).

Foram cinco anos de atuação e mobilização para as reivindicações contra Itaipu, apenas dois anos com o nome definido de Movimento Justiça e Terra, o ano que mostra a desarticulação do MJT foi em 1982, quando as negociações dos últimos desapropriados a serem indenizados aconteceram, o que era um acordo dos desapropriados como foi mostrado na citação acima.

3. REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA

Nesta parte de nosso trabalho procuramos analisar as notícias de um meio de comunicação que esteve ligado às desapropriações causadas pela formação do Lago da Itaipu, e a partir disto, as imagens e fotografias contidas nele, usando-as como formas de representações, tendo como base as descrições e comentários contidos nas fotos nos jornais, e analisar principalmente, quais eram as mensagens que o autor da foto gostaria de abordar, em uma perspectiva de significação.

Em relação ao embasamento teórico que se empregam às fotografias e imagens quando usadas nos jornais, pode-se chamar de *fotojornalismo*, que se caracteriza na atividade de usar fotografias para noticiar e informar com uso de imagens. Como explica Jorge Pedro Sousa:

O fotojornalismo é uma actividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião sobre a vida humana e as consequências que ela traz ao Planeta. A fotografia jornalística mostra, revela, expõe, denuncia, opina. Dá informação e ajuda a credibilizar a informação textual. Pode ser usada em vários suportes, desde os jornais e revistas, às exposições e aos boletins de empresa. (SOUSA, 2002, p.5)

É neste sentido que vamos relacionar as imagens usadas por jornais que analisam e noticiam determinados fatos históricos, e a importância que se dava para essas imagens, como despertava nos leitores certa proximidade com os acontecimentos, que é muito importante quando relacionada com uma causa social, e com a comunidade em geral.

Normalmente a imprensa faz uso de fotografias para a complementação dos fatos, já que a fotografia necessita de um texto para que ela tenha sentido, não teria sentido lançar imagens em um jornal sem explicá-las, e falar de uma notícia sem uma representação visual dificulta a relação de assimilação dos leitores, tendo em vista que os jornais são vendidos ao público em geral. Assim como explicou Guerra em relação às iconografias contidas nas notícias que se tornaram elementos informativos e a necessidade de câmeras de fácil manuseio para o uso dos jornalistas:

A crença no caráter objetivo e sua relação com o documental, fez da fotografia um complemento importante e necessário à imprensa. Mas para que imagens supostamente fidedignas aos acontecimentos narrados pelos jornais fossem de boa qualidade, era preciso uma câmera leve e rápida, capaz de capturar o momento de forma eficiente. (GUERRA, 2013, p.51).

Baseado nisto, separamos algumas imagens que chamam atenção, principalmente as que foram tiradas durante as manifestações do Movimento Justiça e Terra em Foz do Iguaçu, e a luta dos desapropriados enquanto uma organização reivindicando preços justos pelas terras a serem indenizadas, e contra as diversas injustiças que a Itaipu estava cometendo. É a partir

dessas notícias do Jornal Nosso Tempo, com o uso das imagens cotidianas do movimento que temos um maior entendimento sobre como estavam acontecendo as mobilizações.

Dentre as formas de manifestações dos desapropriados que estavam ocorrendo contra a Itaipu, um meio de comunicação foi muito importante durante esse processo, o Jornal *Nosso Tempo*, que atuava principalmente em apoio à luta dos trabalhadores e das minorias, era contra qualquer tipo de injustiça cometida pela ditadura, especialmente em relação à Tríplice Fronteira, no caso em Foz do Iguaçu, que era denominado zona de risco, durante este período.

Em uma explicação mais contemporânea podemos entender esta estrutura de comunicação que envolve os fatos históricos com imagens e fotografias utilizadas pelos meios de informação para transmitir notícias, e que normalmente a mensagem do texto está representada na imagem, sendo assim um complementa o outro. Como explica Claudia Guerra:

A informação contida na fotografia se torna visível na comunicação. Imagens fotográficas são expostas em revistas e jornais, em galerias de arte ou na rede virtual das diversas comunidades da Internet. A comunicação é o conceito que interliga informação, fotografia e Ciência da Informação. (GUERRA, 2013, p.20).

A representação fotográfica em jornais tem um valor comunicativo muito importante já que representa uma proximidade com os acontecimentos, é de se pensar também nas reações que uma fotografia causa na sociedade. No caso da minha análise em relação às fotografias usadas pelo JNT do Movimento Justiça e Terra, como veremos a seguir.

3.1. JORNAL NOSSO TEMPO

O Jornal Nosso Tempo foi criado no ano de 1980, em Foz do Iguaçu - Paraná, a equipe jornalística era formada principalmente por Aluízio Palmar, João Adelino de Souza, Jessé Vidigal e Juvêncio Mazarollo, entre outros, que trabalhavam de maneira que pudessem noticiar com maior clareza os fatos que ocorriam, de forma natural e concreta, essa era a forma pelo qual o jornal queria ser reconhecido. E foi desta maneira que o jornal tomou uma posição muito crítica e relevante ligado aos direitos humanos, apoiando os pobres, oprimidos e injustiçados, o que foi muito importante para que o mesmo continuasse ativo por um longo tempo.

Quanto à instalação do JNT¹⁴, é importante pensar nos problemas que a cidade de Foz do Iguaçu e a região estavam passando, em meio à Ditadura Civil-militar, diante das injustiças que foram causadas pelo autoritarismo, quando passaram a ser pensadas formas para exhibir e delatar essas atrocidades, surgindo assim a iniciativa de criar este jornal.

¹⁴ Semanário *Hoje Foz*, foi vendido à Jucundino Furtado em Maio de 1980, passando a ser chamado de Jornal *Nosso Tempo*.

Aluizio, Adelino e Juvêncio idealizaram a criação de um jornal que teria sua linha editorial assentada na exposição dos problemas das cidades, no combate à ditadura, defesa dos movimentos populares e na luta por eleições diretas para todos os cargos eletivos, em especial dos prefeitos das chamadas “áreas de segurança nacional”. (Jornal Nosso Tempo Digital).¹⁵

Em relação à postura que o Jornal queria ganhar, é muito importante frisar que são frases e afirmações usadas pelos próprios editores, e que significa o que eles queriam transparecer, um meio de comunicação que abrangeria toda a comunidade Iguaçuense e da região, tendo em vista o histórico que cada integrante da equipe do Jornal já havia enquanto jornalistas, e que ainda é apresentado até hoje pelo Jornal Nosso Tempo pelo meio eletrônico, dessa forma:

Aluizio havia chegado a Foz em setembro do ano anterior, após ser anistiado. Ele retornou do exílio em que viveu oito anos após ser trocado pelo embaixador da Suíça no Brasil. João Adelino havia passado pelo jornal Fronteira do Iguaçu, de Cascavel, e saído para fundar, juntamente com Seffrin Filho, o Hoje, primeiro em Cascavel, e mais tarde seus similares em Marechal Rondon e Foz do Iguaçu. Juvêncio Mazzarollo começou suas atividades jornalísticas no Hoje, a convite de Adelino, então editor da versão iguaçuense do semanário de Cascavel.¹⁶

Esta formação jornalística que o Nosso Tempo estaria ganhando, era significativa, tendo em vista a experiência que essa composição já tinha em outros noticiários. Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo e João Adelino de Souza, foram jornalistas do jornal Hoje Foz, onde os três participavam de uma linha de conotação popular, de esquerda e de contestação ao governo militar¹⁷, maneira que explica a postura e discursos que eles mantiveram no Jornal Nosso Tempo.

É importante pensar na experiência que cada editor do jornal tinha como jornalistas, como cada um se posicionava em relação aos fatos, são aspectos muito importantes para entender o que esse grupo jornalístico pretendia passar. Mas principalmente pensando em como era um período difícil, já que o Brasil estava passando por um período muito complicado, onde não havia liberdade de expressão neste período, ainda mais em uma cidade com uma história de colônia militar como Foz do Iguaçu, onde o jornal estava integrado.

Julamos necessário analisar o que foi apresentado na primeira edição do jornal, onde é possível entender qual forma de noticiário eles queriam que a população lesse no JNT. A caracterização que foi feita pelos jornalistas é um ponto muito importante para entender o que o jornal gostaria de transparecer com sua opinião, mas uma questão a se pensar é se seguiu com essa forma de trabalhar com os fatos.

¹⁵ História do Jornal Nosso Tempo (Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>), acessado dia 16/11/2016.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Nos trechos a seguir é possível perceber que Mazzarollo descreveu em sua entrevista com Matiello, como aconteciam as edições do jornal, como eram apresentadas as atividades do Jornal Nosso Tempo, descreveu a maneira que os jornalistas noticiavam, dizendo que o jornal não foi importante só no Brasil, mas também no Paraguai, porque era um meio de denunciar as impunidades cometidas pela Ditadura.

Durante a apresentação do jornal, foram usadas expressões que chamam muito a atenção, e é possível notar que o posicionamento do jornal era muito importante para os jornalistas e donos do mesmo, assim se comparando a outros jornais, e a outros momentos de notícias, foi uma forma que encontraram para se afirmar enquanto inovadores. Descrevemos algumas frases que marcaram este processo procurando entendê-las, como veremos a seguir na representação e interpretação desta primeira página do jornal.

Os editores consideravam importantes e necessários argumentar as notícias criticamente: “hoje, a atitude crítica é considerada a única posição respeitável para o intelectual.” Principalmente porque estavam no período de autoritarismo militar, onde diariamente havia violações de direitos da população. Mas que havia “diferentes critérios de valor para julgar atos humanos em sociedade.”, e transmitir as críticas através do jornal era uma importante posição.

O Jornal foi descrito como inovador em relação aos demais noticiários da região oeste do Paraná, porque se dizia: “Diferente do que se fez e se faz”, o que nos aponta um sentimento de fazer algo diferente, como se fosse necessário inovar a forma jornalística, mas principalmente nos faz pensar que a população tinha a necessidade de um noticiário com um teor mais crítico e realístico em relação às ocorrências. O jornal fazia uma tentativa de se aproximar da comunidade.

Também se referiram à postura dos demais jornais de Foz do Iguaçu e da região, tendo em vista as maneiras que os outros faziam notícias e em relação aos comentários que foram empregados aos fatos. Caracterizam os outros jornais dizendo que os mesmos atuaram de forma maliciosa, que enganaram e mentiram, mas com a intenção de ganhar uma atenção especial, assim podemos ver como citam os outros jornais, dizendo que em outros momentos: “Tentou-se de tudo, inclusive, enganar e mentir. Muitas vezes a imprensa ajudou, outras vezes prejudicou”.

Mas fica muito clara a forma como os editores do jornal queriam que os leitores vissem este noticiário, e quais eram as suas opções e objetivos, como declaram os mesmos: “Nós optamos pela liberdade. Consequentemente, buscamos a independência”. Assim podemos pensar que os demais jornais fossem usados estrategicamente para beneficiar algumas poucas

peessoas, e se declarar independente e livre seria uma forma de se autenticar como um jornal sério.

Os jornalistas diziam que tinham a liberdade de expressar o que eles gostariam, independente dos fatos e das pessoas que envolvam, assim: “Nossa liberdade nos dará condições de falar de tudo o que é válido e combater o que nos pareça condenável.” O que acaba direcionando o Jornal a uma importante estratégia de combater a Ditadura Civil-militar.

Imagem II - Posicionamento apresentado pelo Jornal Nosso Tempo.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, 1º Edição. 03 a 10/12 de 1980. p.02.

Assim podemos interpretar algumas expressões que chamam a atenção durante a apresentação deste jornal, e também podemos ver as demais expressões e caracterizações que também foram usadas no mesmo.

Mazzarollo destaca também a importância do Jornal Nosso Tempo combinado à luta dos desapropriados por indenizações mais justas, que desde que o jornal havia sido criado eles acompanhavam os passos desse movimento, acompanhando de perto, se fazendo presente nos acampamentos do movimento. O que foi muito importante até para a permanência do Movimento Justiça e Terra em pé, para que eles resistissem até a indenização do último desapropriado.

Juvêncio Mazzarollo foi jornalista do JNT, também fotografava para o jornal, e fez um livro a partir desses acontecimentos. Mas, além disso, ele também foi entrevistado por Matiello como uma peça importante para a lembrança dos fatos, resultado de sua influência dentro do MJT.

E ainda concluíram como queriam que fosse apresentado o Jornal, e como queriam ser homogêneos de forma a abranger todos os temas da sociedade, sem se beneficiarem de determinadas condições. Assim que: “Jamais faremos deste órgão de comunicação um carrasco de nossos princípios”. Frisando que o jornal teria um caráter crítico e argumentativo, e não queriam que ele fosse caracterizado como um veículo de propagandas e de interesse de poucos.

Em seu depoimento Mazzarollo descreveu como foi criado o Jornal Nosso Tempo, e qual era o seu posicionamento. Dessa forma podemos notar através de seu depoimento qual era o ponto em que os criadores do jornal queriam chegar. Juvêncio destaca o período como um momento difícil pelas questões financeiras, mas caracteriza o jornal como atrevido e bastante crítico. O que podemos perceber no relato a seguir:

Mas foi meio dramático também, porque o jornal não tinha dinheiro. Sobrevivia-se... “Vamos almoçar, alguém tem cinco cruzeiros?” E fui engrenando ali. O jornal era bastante aberto, crítico, de denúncia. Atrevido mesmo. Nesse período, isso foi entre fins de 1978 e em 79, voltou do exílio o Aluizio Palmar, que viria a ser colega meu e que está aqui na cidade ainda hoje. Ele foi torturado e exilado. Passou o exílio no Chile e depois na Argentina. Ele era do Rio de Janeiro, mas se casou com uma mulher aqui de Foz do Iguaçu, isso no período que eles fizeram um movimento guerrilheiro aqui na região, em Matelândia, já ouviu falar? É... teve isso aqui também. Então ele veio trabalhar com a gente no jornal, chegado do exílio, e a gente tocou o jornal um ano, mais ou menos. Era o jornal “Hoje-Foz”. (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.160).

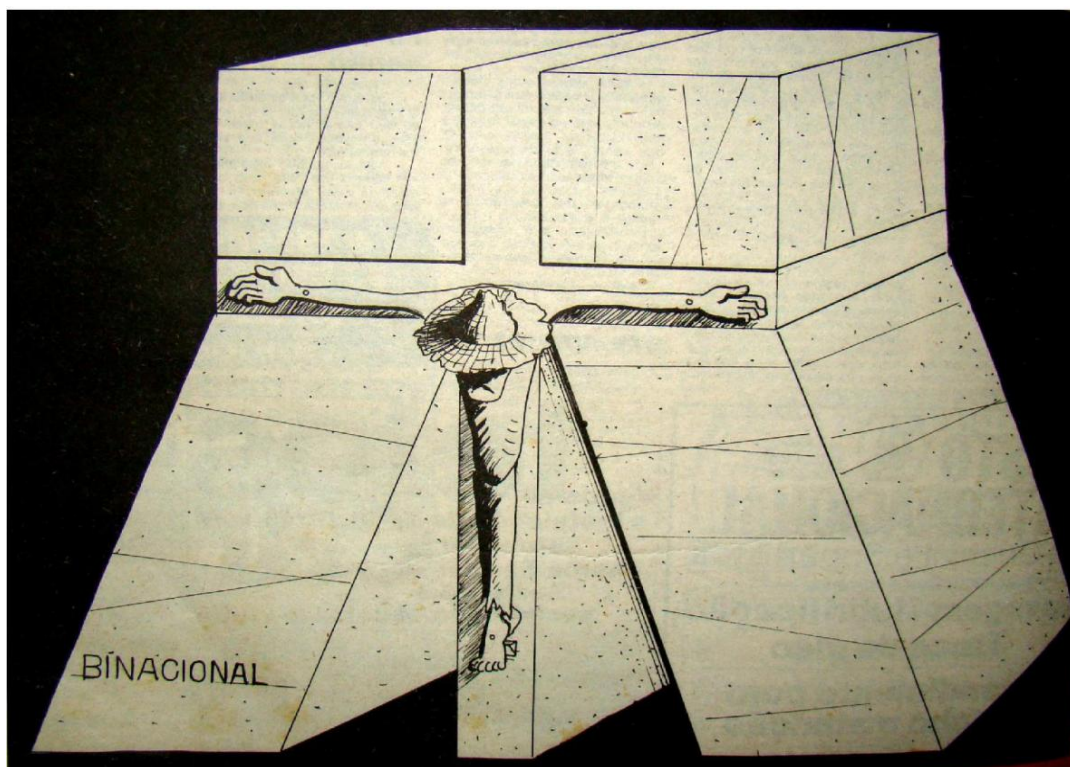
Mazzarollo afirma que eles apontavam muitas questões durante as edições, para que a população pudesse pensar em coisas que antes não eram vistas com tanta importância. Assim como podemos ver:

Em dezembro de 1980 saiu a primeira edição do jornal “Nosso Tempo”. O famoso jornal “Nosso Tempo”! Ele fez história, marcou época aqui na cidade e mesmo no Paraná. Bom, aí nós começamos naquela linha. Jornal do porrete, mesmo! Denúncias contra arbitrariedades, violência policial, corrupção, ataques à Itaipu, à ditadura brasileira, à ditadura paraguaia, ao prefeito interventor – na época os prefeitos na faixa de fronteira eram nomeados e tal e coisa. Enfim, nós fomos a campo com tudo. Incomodando meio mundo. (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.161).

O JNT foi meio de comunicação muito importante no apoio às manifestações do MJT, pois acompanhava a luta dos desapropriados diariamente, e noticiava sempre as novidades do caso das reivindicações das indenizações. Em uma das edições do jornal foi exibido uma representação em forma de charge em relação ao símbolo da Itaipu, que seria uma maneira de manifestar as injustiças que os desapropriados estavam sofrendo.

A crucificação e o sofrimento dos desapropriados, principalmente dos agricultores, que estava sofrendo com a imposição da Itaipu. Como podemos ver na imagem a baixo:

Imagem III – Charge do símbolo de Itaipu Crucificando o agricultor.



Fonte: Jornal Nosso tempo, 17º ed. 01/04/1981, p.20.

Essa representação acabou se tornando símbolo desse movimento, que pode ser interpretada da seguinte forma: A caracterização de um agricultor crucificado no símbolo da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que faz uma menção à simbologia empregada na tradição religiosa cristã, caracterizando o sofrimento e subjugação do indivíduo.

Pensando na importância que o jornal já havia assumido na região, sua presença diante dos acontecimentos foi essencial para o movimento dos desapropriados, quando os mesmos entenderam que o Nosso Tempo estava ao lado deles. Assim passaram a depositar uma confiança no jornal e esta imagem passou a ser o símbolo de luta dos desapropriados.

A confiança que os leitores tinham em relação ao Jornal Nosso Tempo é defendida em citação feita na 17º edição, quando os editores apresentam que receberam elogios e que a postura das coberturas dos acontecimentos era muito admirada, tentando demonstrar que o JNT tinha conquistado a confiança dos leitores. (JNT, 17º edição, 01/04/1981, p.14).

Como os editores demonstraram na edição 20 do jornal, onde puderam descrever qual era o objetivo do jornal, uma defesa que foi lançada pelos próprios jornalistas. O jornal afirma dar espaço para as populações se manifestarem e expor suas ideias, dessa forma:

Uma das tarefas deste jornal, e que os editores tem feito cumprir, é o que diz respeito à reconstituição histórica deste município. Mais de uma vez foi aberto dentro deste jornal espaço para as pessoas que conhecem realmente a historia deste município desfilassem as suas versões dos acontecimentos que provocaram e formaram hoje esse nosso tempo. Várias, e não uma ou duas, o que dá a prova de imparcialidade com que os editores tem feito cumprir esse papel, e que tencionam continuar cumprindo.

[...] O espaço deste jornal foi usado para criticar aquilo que os editores consideram de mais injusto entre nós: a violência e o desrespeito à pessoa humana. (Nosso Tempo, de 29/04 a 05/05/1981, Ed. 20, p.2.).

A estrutura do Jornal Nosso Tempo foi construída com o objetivo de ser um noticiário diferenciado, com abertura para a comunidade comentar e defender suas ideias, que foi um ponto muito importante. Mas é importante ressaltar que por o Nosso Tempo possuir este caráter, por tocar em pontos que incomodavam muita gente, principalmente os diretores da Itaipu e o prefeito de Foz do Iguaçu, o mesmo passou a sofrer vários ataques e tentativas de desestabilização.

A censura que foi implantada pela Ditadura Civil-militar no Brasil durante o processo de instalação da Itaipu além de ser região de fronteira, são pontos chave para a compreensão dos ataques que o Jornal sofria como foi relatado em edições do Nosso Tempo. Principalmente porque Foz do Iguaçu sempre foi um município pequeno, com um aumento populacional na década de 1970 atraído pela obra da Itaipu, mas com 136.320 habitantes em 1980¹⁸, além de ter sido uma colônia militar até o ano de 1910.

A resistência do Nosso Tempo foi imprescindível, a luta dos editores e da população em geral contribuiu para que o jornal sobrevivesse a um longo período, fazendo críticas e apoiando as classes oprimidas da comunidade, e conseguindo adentrar em diversas camadas da sociedade, principalmente as mais pobres, e ainda convidava a população a ajudar a relatar o que vinha acontecendo. Além de ser um jornal de fácil acesso, que abrangeu toda a comunidade, o que era possível ocorrer de uma forma geral no mercado cultural brasileiro da época, assim como explica Marcos Napolitano:

Pelas bancas de jornais e pela televisão, a cultura escrita chegava aos segmentos mais pobres da população (sobretudo operários qualificados, pequenos funcionários públicos e classe média baixa, como um todo). Mas nem só de “crítica” vivia a cultura brasileira dos anos 1970. Os novos tempos de repressão e censura, aliados a uma certa facilidade de produção e consumo, estimularam o crescimento de um mercado cultural marcado pela difusão de produtos de entretenimento, sobretudo na música popular e na televisão. (NAPOLITANO, 2014, p.157).

Dessa forma, diante dos processos de repressão da ditadura militar, muitos jornais e revistas direcionados pela esquerda, estavam determinados principalmente a criticar e denunciar as atrocidades que vinham ocorrendo no Brasil decorrente desse autoritarismo.

No âmbito nacional surgiram muitos jornais, que abordavam diversos temas, que atingiam todas as classes da sociedade principalmente os mais pobres, abrangendo a questão cultural, e que preferiam manter suas opiniões em relação às repressões. Dessa forma é possível

¹⁸ Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu. Disponível em: (<http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62490>), acessado em 16/11/2016.

notar que em todo o Brasil, surgiram diversos jornais que tinham como principais objetivos trabalhar com as questões de movimentos sociais, como cita Napolitano:

Muitos jornais que existiram ao longo dos anos 1970 tinham foco temático mais específico. A questão cultural e os novos movimentos de minorias tinham lugar privilegiado no jornal *Versus* (1975-1979). O feminismo tinha como veículos principais os jornais *Brasil Mulher* (mais focado em questões propriamente feministas, 1975-1980) e *Maria Quitéria* (1977-1979), porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia, mais voltado para a participação da mulher na política geral. O *Lampião* (1978) foi o primeiro jornal a dar voz ao movimento homossexual no Brasil. (NAPOLITANO, 2014, p.203).

Dessa maneira é possível notar que foram construídos diversos jornais com a intenção de inovar, de dialogar com os movimentos sociais, que fosse capaz de enfrentar e denunciar o regime autoritário.

O JNT teve uma característica diferenciada, usou as fotografias do Movimento Justiça e Terra, que utilizavam das mobilizações em um período autoritário difícil em todo o país, pois:

A omissão, a autocensura, a censura política e todas as demais formas de censuras às imagens sempre foram uma prática corrente de manipulação da informação, fato que ocorre tanto nos países que vigoram os regimes democráticos quanto naqueles onde prevaleceram a intolerância e o autoritarismo. (KOSSOY, 2014, p.127).

Mas um ponto importante a ser destacado é que o *Jornal Nosso Tempo* passou por um processo de repressão. Mazzarollo descreveu um dos momentos em que ocorreu uma repressão, quando um comandante ordena que eles parem com os trabalhos neste jornal. A razão foi a crítica do jornal ao fato dos prefeitos de Foz do Iguaçu serem nomeados. Como foi declarado por Mazzarollo:

[...] Bom, aí, às nove horas de domingo, lá estava eu, no quartel. Cheguei e me levaram para a sala do comandante. Estava o comandante em pé, fardado, o prefeito nomeado, Coronel Clóvis Cunha Viana, estava o juiz de direito João Kopytowski, o subcomandante do quartel, o advogado e procurador do município José Bento Vidal. Era esse o time que me aguardava. Cheguei, o coronel, de pé, nem me mandou sentar, nem disse nada. Começou a debulhar o ferro! “Vocês parem com esse trabalho infamante nesse jornal que vocês tão fazendo! Parem com essas mentiras e não sei o quê!”. Enfim, uma metralhadora giratória pra cima de mim. Eu ouvi um pouco, esbocei dizer qualquer coisa e ele disse: “Não, senhor! O senhor não veio aqui para ser ouvido, mas para ouvir!”. “Bom, então, se é assim, eu não tenho nada a fazer aqui, tchau!”. Virei as costas e fui embora! – direto pra máquina de escrever e contar a história. O jornal circulava às sextas-feiras. Mas no mesmo dia, eu fui pra máquina, contei a história e publiquei. Ih!!! Quando saiu o jornal com a denúncia, foi uma bomba na cidade! (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.161).

Caso que não ficou nisto: pela imensa repercussão que a denúncia levou, os editores do jornal passaram a ter problemas maiores com os militares que comandavam a cidade. O objetivo dos editores do *Jornal* era mesmo fazer críticas e denúncias para encaminhar o país à

liberdade e justiça¹⁹. E fazer com que as notícias chegassem a todos da melhor maneira, a mais realística, na visão dos jornalistas, mas o apoio da população foi muito importante para que o jornal permanecesse ativo e dos próprios jornalistas no mesmo. Dessa forma, Mazzarollo revela que:

Na semana seguinte à publicação da denúncia do que eu passei no quartel, todos do jornal, Adelino de Souza, Aluizio Palmar e eu fomos chamados à Polícia Federal, que abriu processo pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Fomos processados pela Justiça Militar, interrogados e aquelas coisas. Mas a gente não mudou uma vírgula na conduta da nossa linha editorial; continuamos com as denúncias, inclusive do enquadramento na LSN, críticas para todo lado e com a cobertura do movimento dos desapropriados da Itaipu. Eu escrevia artigos de opinião bastante pesados. Aluizio Palmar também. (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.162).

Também integrado ao âmbito das denúncias feitas pelo jornal nas questões da Prefeitura, foram feitas também denúncias em relação à Itaipu, principalmente a cobertura do Movimento Justiça e Terra, que com o apoio do Jornal Nosso Tempo passou a ter relatos dos acontecimentos em publicações semanalmente, com publicação de fotos, onde muitos homens que estavam na cabeça do movimento puderam testemunhar o que estavam passando.

Acabou sendo uma estratégia que o Jornal usou para se aliar ao movimento social, e a cobertura dos fatos mais uma vez foi muito importante para a conquista dos direitos dos desapropriados como um apoio maior da população da região oeste do Paraná. Uma luta contra a ditadura militar aliada à luta pela justiça dos desapropriados de Itaipu.

O Jornal Nosso Tempo apoiava que todas as pessoas tivessem direitos de expressar, criticar, manifestar as desigualdades sociais e injustiças que estavam ocorrendo em todo o Brasil. Por isso o Movimento Justiça e Terra era muito importante aliado na luta contra as repressões sofridas a partir da Ditadura Civil-militar.

É possível notar no discurso de Mazzarollo em sua entrevista para Matiello, a importância do JNT, como suas visões críticas dos fatos interferiram em muitas polêmicas. Além de tudo, ele cita como se envolveu em questões do Movimento Justiça e Terra, e como apoiou os agricultores em sua causa.

Entrei nesse mundo do jornalismo e comecei a cobrir o movimento, com aquela minha visão crítica, contestadora, e fui uma das primeiras e poucas vozes da época que questionaram e batiam contra... Quando entrei na questão dos desapropriados comecei fazendo cobertura jornalística e fui a tal ponto que acabei me envolvendo no movimento. Eu participava de reuniões, redigia os documentos deles, os manifestos, e então eu era um jornalista participativo, engajado, não um mero observador e registrador de fatos. De certa forma, um jornalista tendencioso, no sentido de que eu cobria e defendia a posição que eu tomava, que era a defesa dos desapropriados. Eu percebia que era uma situação de muitas injustiças, dentre tantas dificuldades para o povo, e que

¹⁹ Jornal Nosso Tempo, 20ª edição, 28/04/1981, p.13. O real caráter do Jornal Nosso Tempo.

aquilo batia com a minha formação, com a minha mentalidade, com a minha vivência, com a minha consciência. (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.167).

Mazzarollo se tornou um aliado participativo do MJT, que ajudava nas reuniões, mobilizações e no acampamento, e não era apenas o jornalista que noticiava pelo jornal, muitas vezes a ajuda do Mazzarollo deu força e ajudou na conquista de muitos direitos aos desapropriados do MJT.

Dessa maneira, entre as manchetes do jornal, é possível notar como as fotos e imagens referentes ao que estava ocorrendo com os desapropriados e sua longa luta em busca dos seus direitos, procuraram causar um grande impacto sob a sociedade, porque além da proximidade que o jornal tinha com essas famílias, era possível notar a importância da relação do jornal com o movimento.

Selecionei uma página do JNT que mostra o momento das manifestações, fotos de lideranças do movimento e das faixas com frases que os mesmos usaram e a importância da luta que o Movimento tinha a cada dia, eles sabiam qual era o ponto que deveriam chegar, que somente com a força e a união poderiam fazer com que a mobilização fosse mais eficaz.

A imagem abaixo é uma manchete que foi publicada no JNT na 18ª edição de 08 de abril de 1981, que serve como exemplo de como o jornal apoiou a luta dos desapropriados. Como é possível perceber na imagem abaixo as reivindicações que os desapropriados faziam para a Itaipu, era de certa maneira uma forma de chamar atenção, pois precisavam que as indenizações fossem pagas, e não tinham pra onde ir, ou onde morar, uma questão que não deixava muitos desapropriados dormir tranquilos.

Onde são representadas fotos dos desapropriados manifestantes, e também de suas faixas de manifestação, o que nos mostra o tamanho da preocupação destas famílias que não sabiam para onde iriam sem receber o preço justo por suas terras.

Imagem IV – Manifestações do Movimento Justiça e Terra.



Fonte: Jornal Nosso tempo, 18ª edição, 08/04/1981, p.15.

É importante destacar a visibilidade da autoria das fotos, onde mostra o Mazzarollo como jornalista e fotógrafo do JNT, com um papel em destaque junto à luta e a causa das mobilizações.

O papel das fotografias no meio da informação é muito importante, porque além de apresentarem fatos importantes, a fotografia estaria registrando momentos de emoções de manifestantes de um movimento social que foi muito importante para os desapropriados.

O JNT fez uma cobertura completa do movimento Justiça e Terra, na qual um dos editores se instalou dentro do acampamento, para então acompanhar de perto todos os

acontecimentos, e deu um apoio participando das mobilizações, compartilhando os obstáculos. A participação de um jornalista diariamente dentro do acampamento foi muito importante e deu forças ao Movimento dos desapropriados. Assim descreveu Mazzarollo em seu depoimento.

Até chegou um momento em que, durante o acampamento aqui em Foz do Iguaçu, em abril de 1981, eu me instalei com minha máquina de escrever lá no próprio acampamento. E eles apelidaram o nosso jornal de “O diário oficial do movimento” (na verdade era o semanário...). Então eu acho que eles, os desapropriados, encontraram uma força, um aliado no Nosso Tempo. Porque a imprensa até noticiava aquelas encrencas, mas não como o nosso jornal, que fazia uma cobertura bem ampla, de um tema prioritário. Os agricultores, os desapropriados, eles viam o que tinham a dizer publicado e isso pra eles era importante. (MAZZAROLLO, Juvêncio. 28/11/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.167/168).

Dessa forma, Camilla Soto explica que: “a fotografia passou a ser instrumento de crítica social e serviu como arma na luta para a melhoria das condições de vida de segmentos desfavorecidos da sociedade.” (2004, p.30). Fazendo com que as notícias, acompanhadas das fotografias chegassem à população em geral de forma real e próxima, o que resultou para que muitas pessoas conhecessem a luta dos desapropriados, e talvez apoiar a causa dos que seriam afetados com o alagamento.

Na relação entre as fotografias e as manchetes do jornal que entro em acordo com o autor Boris Kossoy que afirma: “São os documentos fotográficos também insubstituível meio de informação”. (2014, p.115). Porque era a partir dessas fotografias que nos anos 80, repassadas por um jornal, atingia a diferentes classes e se disseminava com rapidez. A partir dessas imagens busca despertar-se uma indignação nos leitores do Jornal, e também atingir a imagem da Itaipu.

Mas as fotografias são, portanto, mais do que um meio de informação, porque elas não têm apenas o papel de informar, ela também é parte de uma narração, de uma história que o jornal quer contar.

Mas para então poder destacar que essas fotografias não serviram apenas para reportar a notícia, mas também para demonstrar uma forma de resistência ao que a Itaipu estava impondo, já o movimento tinha a necessidade de se fazer presente de diferentes formas, e reivindicar de diferentes maneiras. Assim como descreveu Soto: “o uso frequente de imagens articuladas às palavras incorporou a foto como elemento narrativo em diversos contextos”. (2004, p.33)

Analisando também a importância das alianças entre os colonos contra Itaipu, as memórias sociais através de imagens dessas alianças são imprescindíveis nessa reflexão histórica, pois além de complementar o diálogo com as fontes documentais do período, abordamos uma visão histórica distinta que por vezes a escrita não abrange, na forma como a caracterização histórica de uma imagem nos transfere, segundo Mauad:

É, justamente, por considerar todos esses aspectos, que as fotografias nos impressionam nos comovem, nos incomodam, enfim imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes. Quotidianamente, consumimos imagens fotográficas em jornais e revistas que, com o seu poder de comunicação, tornam-se emblemas de acontecimentos, [...] A simples menção da foto já nos remete aos fatos e aos seus resultados. (MAUAD, 1996, p.76).

É importante lembrar que uma fotografia empregada a um meio de comunicação, não tem apenas a função de passar informações, mas também de representar os sentimentos de um indivíduo, dos seus costumes, do fato social que estava inserido, e da luta em comunidade. E são essas mesmas fotografias que moldam as memórias das pessoas da região em geral, quando se remete a lembranças de determinado acontecimento.

As fotos que foram publicadas nas manchetes do Jornal Nosso Tempo, e seus respectivos textos empregados a elas, devem ser analisadas tendo em vista que “a fotografia está definitivamente inserida na História cultural, pois ela se faz presente como o meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas” (KOSSOY, 2014, p.153).

Quando vemos uma imagem ou fotografia no nosso cotidiano, logo analisamos qual é a mensagem que a mesma nos quer transmitir. Quando são usadas em jornais e revistas que tendem a noticiar, essas fotografias passam a explicar o fato com a intenção de mostrar a realidade, uma forma de reafirmar o que aconteceu. Mas normalmente as fotografias que são usadas nas notícias não são apenas ilustrações, as mesmas são parte da notícia, por trás destas estão as lembranças, os sentimentos, as emoções; assim como explicou Soto:

A imagem fotográfica, seja ela retrato de família, foto de jornal, foto artística ou imagem publicitária, desperta lembranças, sentimentos, emoções, questionamentos, crítica. Isso porque a imagem sugere uma comunicação que abarca a lógica, a psicologia, as artes, a pedagogia e os meios visuais, em outras palavras, todas as espécies de atividade ou de meditação do homem. (SOTO, 2004, p.36).

Fotografias que remetem aos momentos de manifestações, onde o Movimento Justiça e Terra tomava a frente das reivindicações, principalmente do momento das manifestações que ocorreram em Foz do Iguaçu e com a cobertura do Jornal Nosso Tempo, como veremos a seguir.

A primeira mobilização dos colonos foi em Santa Helena em Julho de 1980, onde ficaram acampados em frente ao centro executivo da Itaipu, após alguns acordos, os desapropriados desmobilizaram e foram para suas casas. Muitos dos acordos que foram feitos não foram cumpridos pela Itaipu, o que causou um desespero aos desapropriados que ainda não tinham recebido a indenização. Ai ocorreu a segunda mobilização, em Foz do Iguaçu em Março/Abril/Maio de 1981, da qual já estamos tratando.

Imagem V – Mobilização dos desapropriados contra a Itaipu.

COLONOS PRESSIONAM ITAIPU

“PRAÇA DE GUERRA” EM SANTA HELENA

Momentos de angustiante expectativa foram vividos pelos funcionários do escritório da Itaipu Binacional de Santa Helena, a partir do dia 14 pp. Aproximadamente 400 colonos, proprietários de terras desapropriadas pela Itaipu, acamparam naquele local interditando as ruas com caminhões, tratores e outras máquinas agrícolas, impedindo a entrada e saída dos funcionários e veículos da empresa. A decisão foi tomada na véspera por uma Comissão de Agricultores, apoiados pelo Sindicato Rural daquela cidade e Comissão Pastoral de Terra. Nas primeiras horas da manhã, apenas os agricultores de Santa Helena fizeram o movimento de protesto, proclamando a “CARTA DE SANTA HELENA” na qual solicitaram o atendimento de várias reivindicações. O teor da Carta de Santa Helena é o seguinte:

AO POVO, AO GOVERNO E A ITAIPU

“Ao ser decretada a construção da Hidrelétrica de Itaipu e no período que

Governo e a Empresa Construtora, para que pelo menos tomem consciência de nossa situação.

Querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia. Pois com a indenização não conseguiremos comprar novas terras na região e no que se refere ao reassentamento no Paraná, que é o nosso maior desejo, até hoje nem ao menos foi cogitado.

GOVERNO e INCRA - Queremos terras no Paraná. Não nos expulsem. Sabemos plantar e colher, mas só no Paraná. **NÓS AGRICULTORES DA ÁREA ATINGIDA PELA ITAIPU EXIGIMOS:** Reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam os cheques - Correção cada 90 dias - Receber o cheque no máximo em 15 dias - Indenização de nossas redes elétricas - Terras no Paraná - Maior rapidez por parte do INCRA. Ass. Agricultores da região da Itaipu. Santa Helena. 14 de julho de 1980.

AGRICULTORES DE OUTRAS

cionados.

Ciente do movimento, através de seu escritório naquela cidade, A Diretoria da Itaipu enviou para Santa Helena o seu Diretor Jurídico Adjunto, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha e alguns assessores, promovendo uma reunião da qual participaram os membros da Comissão de Agricultores, senhores Pastor Wernes Fuchs, da Pastoral de Terra Eno Baron, Marcelo Blitsch; Guido Guintzel (Sindicato de Medianeira); Arnildo Schmidt; Olivio Mario; Envall e Orestes José Gasperin, Além destes, participaram ainda da reunião os Drs Marcos Lichtenstein; Luiz Affonso S. Medina; Prefeito Naudé Pedro Prates; Deputado Werner Wanderer; Fidelcio Tolentino e Nelton Miguel Friedrich e os senhores Andreino de Almeida Junior, Leonardo Blitsch, Calixto Rodrigues Freitas, Celso Baron, Guido Schley, Fredolino Wagner, Aldair Arnold, Alfredo Renner, Srta Noemia Renner, Ary Konrad (Comissão Pastoral de Terra), Ivo Adamanta (Sindicato de Medianeira), Hernani

sobre os preços atuais não era possível, por maior que fosse a boa vontade da Itaipu, acrescentando que “o preço médio praticado em toda a área de Itaipu, até o momento, após os vários reajustamentos, foi de 140 mil cruzeiros por alqueire. Esta média foi baseada em mais de 2.600 hectares indenizados, com cujos proprietários fizemos acordos. A divisão feita nestas indenizações, nos deram esta média de 140 mil cruzeiros. Se dobrarmos esse preço do mês de julho, o valor do alqueire se elevará para 280 mil cruzeiros, portanto muito acima da realidade desta região”. Alegou ainda o Dr. Paulo que o orçamento global da Itaipu destina apenas 6 a 7 por cento para pagamento de desapropriações e com a elevação desta verba para 12 ou 14 por cento, a construção da Usina sofreria solução de continuidade dentro de seu cronograma que vem sendo religiosamente cumprido.

DEPUTADOS E AGRICULTORES PROTESTAM

Fonte: Documentos Revelados.²⁰

Nesta imagem é possível perceber no discurso dos próprios desapropriados uma reclamação quanto as suas reivindicações. Quanto eles relatam: “Querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia. Pois com as indenizações não conseguiremos comprar novas terras na região”, estão querendo dizer que a maneira que a Itaipu está pagando as indenizações é injusta, que não pagam o valor integral, e uma saída que encontram é fazer uma carta de solicitação para ser entregue ao Governo e ao INCRA, como uma tentativa de acelerar o processo das indenizações, e que o pagamento das propriedades fosse de forma coerente conforme as construções.

Mas vale criticar a maneira que o Jornal Nosso Tempo fez a notícia, quando colocam como título da noticia “praça de guerra”, usam essa expressão para chamar a atenção de toda a população, de maneira que a mobilização tivesse tomado outros rumos. Mas acreditamos que foram usadas essas palavras para denotar a relação de conflito que havia entre a Itaipu e os desapropriados.

Além disso, é possível ver na imagem que a mobilização era pacífica tanto que as fotos demonstram os desapropriados como um todo, o fotografo se coloca atrás de todos, o que

²⁰ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/02/ColonosxItaipu-jornal-hoje.jpg>, Acessado em 16/11/2016.

nos remete a uma angústia não poder ajudar, mesmo com certa proximidade, e onde podemos perceber que estão de braços cruzados com expectativas em relação à tentativa de diálogo com Itaipu.

O relato a seguir diz respeito a informações que o MJT passou para o Jornal Nosso Tempo com a intenção de explicar como seriam as estratégias de organização para a mobilização em Foz do Iguaçu, com o pensamento que a mobilização e acampamento durariam por muito mais tempo, de semanas a meses. Dessa forma:

Informações fornecidas pelo Movimento Justiça e Terra ao Jornal Nosso Tempo dão conta de que os agricultores acamparão em Foz do Iguaçu determinados a não desocupar o acampamento sem o cheque indenizatório (a preços justos) nas mãos. Estão previstos durante esse tempo repetidas e diversas manifestações – passeatas pela cidade, protestos públicos, negociações em Itaipu. Equipes estão sendo organizadas para cuidarem de todos os aspectos e necessidades para o caráter pacífico, seguro e produtivo da manifestação. Preveem as lideranças do movimento que devem se preparar para resistir semanas e até meses de concentração, pois a Itaipu vai relutar enquanto os colonos prometer não ceder. (JNT, 13/03/1981, p.13).

Os relatos e as fotografias nos fazem pensar em como a Itaipu reagia conforme às manifestações dos desapropriados, e principalmente nos momentos de encontro, após passeatas e manifestações.

O Movimento Justiça e Terra contava com o apoio da Igreja Católica e Luteranas, da Comissão Pastoral da Terra, da Comissão Justiça e Paz, entidades de classe e entidades políticas de oposição.²¹ Em relação às entidades políticas ficou claro no Jornal Nosso Tempo que:

Os deputados opositoristas – notadamente Fidelcino Tolentino e Gernote Kirinus – tiveram uma destacada, altamente participação no movimento. Foram os deputados que acompanharam os agricultores desde Itacorá: estiveram várias vezes no acampamento; fizeram diversos pronunciamentos na assembleia Legislativa, de modo que os colonos guardavam deles a melhor simpatia. (JNT, 08/04/1981, p.4).

A reação que uma manifestação causou na Itaipu foi muito impactante. Primeiro a mobilização por indenizações justas, depois a resistência dos desapropriados por meio de acampamentos, e a luta até alcançar os objetivos. Mas essa força de união causou um sentimento de preocupação na Itaipu já que eles não sabiam até onde os desapropriados poderiam chegar, e as tentativas de desestabilizar o movimento dos desapropriados eram frequentes.

²¹ Jornal Nosso Tempo, 25/03/1981, p.6.

Vale destacar a figura de Gernote Kirinus, que a princípio era pastor, e contribuiu muito em relação à organização do MJT, e que posteriormente passou a ser deputado, mas continuou apoiando os desapropriados.

O medo que foi causado nos diretores da Itaipu, fez com que eles fossem armar a segurança na região da Vila A, onde estava o conjunto residencial dos funcionários da Itaipu. Foram policiais militares e seguranças da Itaipu, “armados com revólveres, cassetetes e baionetas montadas na ponta de fuzis”, como veremos a seguir com a imagem do momento, e que é necessário pensar em como os desapropriados se manifestavam, quais eram os instrumentos que eles usavam na luta, se havia necessidade da Itaipu reagir de tal forma.

No relato a seguir, é possível perceber o momento em que os desapropriados fazem uma passeata em direção ao conjunto residencial da Itaipu, e onde foram confrontados pela polícia, e pelos seguranças.

[...] Em 16 de março de 1981. os agricultores decidiram marchar em direção a Foz do Iguaçu e acampar em frente do centro executivo, na vila A. No dia seguinte setecentos colonos partiram em carros e caminhões, com equipamento e mantimentos, dispostos a ficar acampados por semanas ou meses, até que Itaipu atendesse às reivindicações. Ao chegarem próximos ao trevo em que a BR 277 se bifurca em direção à ponte que liga o Brasil ao Paraguai e em direção ao Centro Executivo, os agricultores foram impedidos de prosseguir. Andaram mais dois quilômetros pela Avenida Paraná e antes de chegarem nas proximidades das primeiras casas do conjunto residencial da Vila A foram barrados por 200 homens da PM e da segurança da Itaipu, armados com revólveres, cassetetes e baionetas montadas na ponta de fuzis. (JNT, 18/03/1981, p.6).

A partir deste relato fica claro perceber como era a organização destes colonos, e quanto a Itaipu resistiu em não querer negociar as indenizações, fazendo com que o movimento se intensificasse. Logo a seguir podemos ver imagens de momentos ocorridos com o MJT, que se organizou de forma pacífica, como é relatado pelo JNT.

A manifestação do MJT enquanto acampamento em Santa Helena ocorreu em Junho de 1980, onde foram pontuadas as reivindicações para o pagamento das indenizações, neste momento a Itaipu fez um acordo com os desapropriados, convencendo-os de que acabassem com a mobilização.

Após alguns meses as promessas de Itaipu já não estavam mais sendo cumprido, o que ocasionou em uma manifestação em Foz do Iguaçu em frente à sede administrativa da Itaipu seria a forma de se fazer ouvir, mostra o nível de preparação que atingiram os agricultores que nunca antes tiveram experiências de manifestações. Dessa forma em uma entrevista dada a Matiello, Marcelo Barth descreve um pouco de como foi à chegada do movimento em Foz do Iguaçu.

Mas nós ficamos ali no trevo. Passamos a chamar esse trevo de “Trevo da Vergonha”, que eu acho, até hoje deve ser conhecido por esse nome pela

maioria dos que estavam presentes. Então ficamos acampados lá, se não me engano uns 54 dias, tentando provar que a terra tinha um valor diferente do que Itaipu estava querendo pagar. E a Itaipu era muito teimosa ou eram tão acostumados a mandar, só mandar... por tantos anos sem precisar pedir a opinião do povo, que eles estavam achando que não precisavam da opinião de ninguém. Mas nós teimamos... íamos nos revezando... Eu quase me esquecia de ir em casa! Fiquei umas duas semanas até que alguém me alertou: tem que ir em casa, ver a família... e afinal eu fui. Mas é o envolvimento na luta e a causa. A gente se sente tão responsável que encarna e vive aquele momento e está disposto a dar a vida por aquilo. Foi o que nós fizemos. Solidariedade existia bastante. No começo tínhamos problema de água, porque o prefeito, que naquela época não era eleito pelo povo, era nomeado pela ditadura, não nos mandou água, então, precisávamos trazer água de São Miguel do Iguaçu com carro pipa. (BARTH, Marcelo. 17/07/2009, *apud* MATIELLO, 2011, p.106).

Fotografia I - Passeata em 16 de março de 1981, Foz do Iguaçu – PR.



Fonte: Acervo, Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu - Pr.

A partir disso com uma manifestação organizada, agora em Foz do Iguaçu, os desapropriados se deslocaram até o local combinado e quando chegaram se depararam com uma enorme barreira de policiais fortemente armados, este local ficou conhecido como trevo da vergonha, que estava voltado a 500 metros do centro executivo da Itaipu:

[...] os soldados na posição de disparar, tremendo de vergonha ao terem de apontar suas armas para os agricultores desarmados e acompanhados por suas mulheres e filhos. Diante do aparato repressivo os manifestantes decidiram recuar e montaram o acampamento no entroncamento da Avenida Paraná com

a BR 277. Graças a organização adquirida na luta reivindicatória foi possível manter por 54 dias o acampamento. No local que ficou conhecido como o “Trevo da Vergonha”, os agricultores organizaram comissões de alimentação, segurança, higiene, imprensa e tal como em Santa Helena a “Rádio Justiça e Paz” foi instalada e transmitiu pelos seus dois alto-falantes mensagens e discursos das lideranças do movimento, de políticos e religiosos. (Documento Revelados.com.br/colonos pressionam Itaipu, 2011, p.1.).

Além de um jornalista do Jornal Nosso Tempo estar acampado com os desapropriados e de ajudar nas manifestações publicando semanalmente depoimentos e relatos dos acontecimentos, também havia a instalação da Radio Justiça e Paz de Santa Helena dentro do acampamento. Meios de comunicação que foram muito influentes na luta dos desapropriados.

Fotografia II - Repressão militar contra desapropriados.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, 15ª Edição, 18 de março de 1981.

Os desapropriados estavam decididos e organizados para montar acampamento na entrada da Itaipu, que não foi possível pela repressão que os mesmos sofreram pela Itaipu, o local do acampamento não foi o mesmo do combinado, mas os mesmos seguiram acampados em outro local. Era importante resistir, e a Itaipu precisava cumprir com seus deveres e indenizar os desapropriados.

A fotografia II foi feita por um jornalista do Jornal Nosso Tempo, e que nos mostra o momento de encontro entre os manifestantes e os seguranças da Itaipu e policiais militares,

que armados montaram uma barreira, como uma forma de evitar que os colonos se aproximassem da área residencial dos funcionários da Itaipu, e também dos canteiros de obras.

A mobilização dos desapropriados era pacífica como já foi comentado, será que havia a necessidade de estarem seguranças e policiais apontando armas para os desapropriados? A Itaipu além de estar tirando o sossego dos desapropriados, deixando eles sem nenhum suporte para buscar novas terras e a demora em pagar as indenizações, também estava deixando os desapropriados com um trauma psicológico após uma repressão e enfrentamento desnecessários.

Fotografia III - Concentração em frente à Diretoria geral da Itaipu.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, 14º Ed. 11 de março de 1981, p.12.

Esta fotografia III é a caracterização da manifestação do MJT, a concentração estava no centro executivo da diretoria da Itaipu, local que consideraram muito bom para reivindicarem seus direitos. A foto foi tirada estrategicamente, para que os desapropriados ficassem ao redor da placa danificada da diretoria da Itaipu, uma maneira que o jornalista encontrou pra chamar a atenção, e pressionar a Itaipu.

Os desapropriados estavam organizados de maneira que só queriam dialogar com os dirigentes da Itaipu, com a tentativa de negociar os preços das negociações, tanto que não foi possibilitada ao Movimento Justiça e Terra a aproximação da área de segurança da Itaipu. Dessa maneira os desapropriados se mantiveram durante horas resistindo e tentando dialogar, após a tentativa fracassada resolvem montar um acampamento em frente ao canteiro de obras

da Itaipu, para lutar em frente da mesma, com a intenção de incomodar mesmo. E resistir até que a Itaipu resolvesse conversar e negociar as indenizações que ainda estavam por fazer, e assim fizeram, os desapropriados permaneceram unidos e organizados no acampamento até contemplar suas reivindicações.

No texto da manchete do jornal onde saiu essa fotografia o jornalista descreveu as impressões que se teve ao presenciar as mobilizações, e interpretou da seguinte forma: “Os expropriados mostraram claros sinais de cansaço e decepção e as autoridades da Itaipu revelaram-se desnorteados, comprimidos entre as reivindicações dos agricultores e as dificuldades financeiras que cercam a obra.²²”.

Para Juvêncio Mazzarolo o ponto estratégico de fixação do movimento naquele dia deu representatividade e voz a essa aliança dos colonos.

[...] era um lugar de maior circulação de pessoas e assim o movimento garantiria publicidade mais ampla. Se tivessem ido até o Centro Executivo ou ao terreno oferecido por um simpatizante do movimento, a manifestação teria menor impacto. Por lá, onde o acampamento foi instalado, passavam os veículos que se dirigiam à cidade de Foz do Iguaçu, ao Paraguai e à própria Itaipu. (MAZZAROLLO, 2003, p.103).

Fotografia IV – Acampamento dos desapropriados.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, 16º Ed, 25 de Março a 1º de abril de 1981, capa.

²² 14º edição do Jornal Nosso Tempo, 11/03/1981. p.12.

O acampamento dos desapropriados enquanto mobilização em Foz do Iguaçu começou no dia 17 de março de 1981, após sofrerem pressão da Itaipu, que os recebeu sob a mira de armas: a Itaipu não era favorável a um diálogo. Mas os desapropriados não iriam para casa sem receber um acordo de que todas as indenizações fossem com um preço justo de mercado, o que causou um incômodo à empresa.

Fotografia V - “O trevo da vergonha”, Foz do Iguaçu- PR.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, 11 de Março 1981, p.13.

A Itaipu queria que eles levantassem o acampamento e que fossem se manifestar em frente à igreja, mas os agricultores não saíram do “trevo da vergonha” até que não conseguissem falar com alguma autoridade.

As fotografias IV e V se remetem ao acampamento do movimento Justiça e Terra em Foz do Iguaçu. Como podemos observar havia crianças e mulheres que também acampavam, ou seja, famílias inteiras estavam mobilizadas em busca de justiça por parte da Itaipu, o que também ajudava a fazer com que a mobilização continuasse unida, e volumosa.

Com o passar das semanas também aumentava o número de acampados, havendo uma necessidade de resistência maior já que a Itaipu não queria dialogar e negociar com os desapropriados, assim a presença de famílias no acampamento se tornou frequente.

E por influência da presença e apoio das igrejas no MJT, como uma maneira de fortalecimento dos laços entre os manifestantes, diariamente antes da noite eram feitos cultos

com freiras, padres e pastores no acampamento, como foi citado no JNT, na 17ª edição do dia 01/04/1981.

O Movimento Justiça e Terra contava com o apoio da “*Rádio Justiça*” de Santa Helena no acampamento de Foz do Iguaçu, com a presença de radialistas que possibilitavam os relatos diariamente dos acontecimentos e dificuldades diárias na mobilização, e das novidades em relação às tentativas de conversas com a Itaipu.

A preocupação dos desapropriados aumentava porque o prazo para a desocupação da área que seria alagada já estava acabando, e ainda havia um grande número de terras a serem indenizadas. Isso fazia com que o desespero dos desapropriados aumentasse e a estratégia que encontraram para pressionar a Itaipu era por meio de protestos públicos e a pressão social, promovendo outras formas de resistência, como passeatas pela cidade.

No local da manifestação, que durou muitos dias, haveria a necessidade de doações de alimentos e água para o bem-estar destes manifestantes. Mas as autoridades da prefeitura de Foz do Iguaçu não disponibilizaram água, e foi quando os manifestantes receberam a ajuda dos municípios vizinhos, principalmente de São Miguel do Iguaçu.

No dia 20 de março de 1981, a Itaipu distribuiu na imprensa de Foz do Iguaçu e da região uma nota para tenta se defender da mobilização e acusações dos desapropriados. O jornal *Nosso Tempo* em sua 16ª edição fez a cobertura completa dos fatos, onde deu o direito de resposta aos agricultores.

O Jornal explica como ocorreu o fato, da seguinte maneira: “Depois de sofrer pressões, ameaças e serem praticamente ignorados, os agricultores receberam, no dia 20, um documento sem indicação de local e data de expedição, contendo a versão da Itaipu sobre seu procedimento nas desapropriações.”. Este documento lançado pela Itaipu era uma tentativa de mostrar o posicionamento da empresa, dizer que o que ele teriam feito era da forma correta, e que eram os desapropriados que estavam errados.

Entre todos os problemas que a Itaipu já tinha gerado na vida desses agricultores, transtornos com mudança, aflições na hora de receberem as indenizações, preços mal pagos, repressões policiais, entre outros. A desestabilização da mobilização era mais um, junto com calúnias que a empresa gerava para deixar o movimento mal falado, e sem apoio da comunidade.

Então o Movimento Justiça e Terra que foi surpreendido pela atitude da empresa, respondeu à nota, e pontuou alguns pontos em sua defesa. Outra vez o Jornal *Nosso Tempo* foi aliado da Mobilização, ajudou os desapropriados a se defenderem publicamente das injustiças cometidas pela Itaipu.

Em sua resposta os desapropriados pontuaram alguns equívocos que a Itaipu descreveu em sua nota, como uma forma de contestar ao que hidrelétrica queria transparecer. Entre os itens que o Movimento Justiça e Terra pontuou como forma de esclarecimento, apareceu seguidamente a atuação da Itaipu como imoral, por que: Itaipu mencionou que os acordos já realizados tinham sido “amigáveis”, mas reprimiu os desapropriados apontando armas; prorrogou diversas vezes o cronograma de pagamento das indenizações; queria pagar valores abaixo do mercado, não atendendo aos critérios propostos pelos agricultores; entre outros.

Os desapropriados acreditavam que se elaborassem um documento como uma ação em conjunto, com reivindicações que encaminharam a Itaipu e ao INCRA, juntos sabiam que chegariam a um resultado mais exitoso, até porque trabalhando com o INCRA não teria como a Itaipu estipular preços fora do mercado.

Mas foi marcante e visível, que as poucas melhorias e resultados que os desapropriados tiveram foi a partir da mobilização e resistência, de forma organizada e sem nenhum confronto, como combinaram nas reuniões previamente à mobilização. Queriam que o movimento fosse pacífico do início ao fim.

Este relato é a finalização da matéria sobre a resposta dos desapropriados, onde os mesmos reclamam da atuação em relação às reivindicações, dizem que a Itaipu faz silêncio, que não está dialogando e negociando com os desapropriados, e normalmente os documentos que são acordados são sem valores, porque a Itaipu nunca cumpre com os prazos estabelecidos.

Itaipu se nega a dialogar e debater, item por item, as reivindicações do movimento, evidenciando sua pré-disposição em não atender as justas e legítimas pretensões das desapropriados, e relevando a forma unilateral que emprega no tratamento das questões relativas à área a ser inundada. (JNT, 25/03/1981, p.8).

A imagem VI que será trabalhada a seguir é uma página do Jornal Nosso Tempo, onde os desapropriados ainda acampados tentam se defender de uma série de mentiras que a Itaipu espalhou por outros meios de comunicação. Como podemos ver no título da manchete: “Colonos rebatem Itaipu” que nos remete a um confronto entre as duas categorias.

Neste momento a reclamação era para a Itaipu, por que: “Depois de sofrerem pressões, ameaças e serem praticamente ignorados, os agricultores receberam, no dia 20, um documento sem indicação de local e data de expedição, contendo a versão da Itaipu sobre o seu procedimento nas desapropriações.” (JNT, 16º edição, 25/03/1981, p.6.).

Esta foi uma tentativa que o Movimento Justiça e Terra considerou necessário esclarecer para a comunidade, e aproveitou que o Jornal Nosso Tempo era aberto para a comunidade criticar e denunciar os acontecimentos injustos. Sendo assim é notável a intenção

da Itaipu de querer confundir a opinião pública em relação ao acampamento dos desapropriados.

Contendo uma lista de esclarecimentos está expressa nessa página onde se referem à forma de atuação da Itaipu, as injustiças, preocupações, ameaças. Que só se preocupava com o status de empresa binacional e não se importavam com os problemas que a mesma estava causando.

Imagem VI- Colonos rebatem Itaipu, 16º edição do JNT.

Foz do Iguaçu, de 25/03 a 01/04/81 — Página 8 — Nosso Tempo

Colonos rebatem Itaipu

Em resposta à versão dada por Itaipu em nota distribuída à imprensa e aos agricultores acampados em frente à Itaipu Binacional, o Movimento Justiça e Terra divulgou no último sábado o seguinte documento para desmentar as mentiras propagadas pelas autoridades daquela Empresa

MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA
Acampamento à margem da BR-277 em frente à Itaipu Binacional
Foz do Iguaçu — PR
Resposta ao Comunicado da Itaipu Binacional

Desde o último dia 17, os agricultores expropriados pela Itaipu Binacional estão acampados à beira de uma estrada em Foz do Iguaçu. Vieram em busca de terminação de só voltarem com o pagamento do preço justo, de acordo com dispositivo constitucional.

Depois de sofrer pressões, ameaças, e serem praticamente ignorados, os agricultores receberam, no dia 20, um documento sem indicação de local e data de expedição, contendo a versão da Itaipu sobre seu procedimento nas desapropriações.

Em resposta àquela nota, e para levar às autoridades e à opinião pública a correta versão dos fatos, o Movimento Justiça e Terra apresenta os seguintes esclarecimentos:

1 — Das reivindicações apresentadas à Itaipu pelo documento aprovado na Assembleia de Itacorã (de 16/03/81), tão somente foi atendida a reivindicação de retirar as benfeitorias até o dia 30 de abril de 1982.

2 — Em sua nota, Itaipu volta a insistir em que sempre procedeu "com justiça" na realização das desapropriações. E pretende justificar-se com o argumento de que ainda não precisou recorrer à Justiça em nenhum dos quatro mil acordos já celebrados. Trata-se de um engodo. Antes de tudo, é preciso lembrar que nas "desapropriações" realizadas até o dia 2 de março de 1979, a expropriação não teria como apelar à Justiça, uma vez que desapropriou sem o instrumento legal que é o Decreto emanado da Presidência da República. Ademais, não está

os acordos celebrados até o presente foram "amigáveis", mas se esquece de mencionar os conflitos que gerou e a resistência heróica, muitas vezes caçada, que acompanhou o processo durante esses cinco anos. Chegou o momento de levar a questão a sério. Se em cinco anos Itaipu conseguiu realizar apenas dois terços das desapropriações, é de esperar que para o restante — justamente os casos mais difíceis — sejam necessários mais dois anos, se o ritmo for o mesmo. Os cronogramas do Departamento Jurídico de Itaipu sempre de novo foram prorrogados, em vista dos preços baixos e a consequente resistência. Como Itaipu vai concluir os trabalhos em menos de um ano? Certamente tanto sofrimento popular não será resolvido pela insensibilidade e teimosia dos dirigentes da Empresa Binacional.

4 — O "preço justo" que Itaipu diz pagar nunca incluiu o pagamento de "lucros cessantes". Com a desculpa de que o mencionado na nota de Itaipu, numa total desconsideração para com o documento dos expropriados reunidos em Itacorã.

6 — Itaipu declara que reajustou periodicamente os preços de acordo com o comportamento do mercado imobiliário da região. Na verdade, os reajustes sempre se mantiveram muito abaixo dos valores do mercado, e mesmo assim, foram concedidos apenas com resposta às pressões e insatisfação da população do futuro lago. De janeiro de 1979 os aumentos concedidos foram: 40% em janeiro, 17% em outubro; 30% em março de 80; 70 a 80% em julho; 14% em dezembro e 28% em março de 1981. Significa que Itaipu não acompanhou sequer a inflação e muito menos a vertiginosa valorização das terras. Significa também que os 200 mil cruzetiros por alqueire pagos em agosto de 1980 estão atualmente em torno de 290 mil pelas terras sem benfeitorias, da classificação I, localização, ótima. Mais especificamente, 215 mil pela terra nua, mais 78 mil por alqueire de mecanização. Portanto, não é verdadeiro o aumento de 80% anunciado por Itaipu.

7 — Se, nos documentos de 1979 os agricultores reivindicavam os reajustes fossem de acordo com os índices das ORTNs, estavam impedindo que Itaipu continuasse fixando preços a seu bel-prazer e unilateralmente fica indefinido o critério para os aumentos, razão pela qual os agricultores insistem num levantamento objetivo do mercado de terras da região. Os preços do mercado são ditados pela lei da oferta e da procura, pela especulação imobiliária e pela galopante inflação. O Movimento entende que não é a tabela de preços de Itaipu que pretensamente causaria aumento nos preços da região, pois estes sempre ficaram abaixo dos valores do mercado. Itaipu não somente influiu nos aumentos de preços da região pela intensificação da procura e consequente alta de preços. Por isso não será prejudicial Itaipu anunciar publicamente tabelas de terra e benfeitorias por ela aplicadas.

8 — A artimanha mais utilizada até hoje para ludir a opinião pública e colocá-la contra o movimento Justiça e Terra é o fato de Itaipu anunciar preços por alqueire que incluem os de benfeitorias. Ora, "alqueire" é medida de superfície e não pode incluir valores referentes à

9 — Quanto à indenização de redes de energia elétrica, Itaipu cal no terreno da desinformação ou falta com a verdade. Ao mesmo tempo em que se diz disposta a pagar por esse benefício, reconhece a existência de apenas 80 propriedades eletrificadas no trajeto de Foz do Iguaçu a Guaíra. Na verdade, conforme informações em reunião no final de fevereiro, em que estavam presentes representantes da Itaipu e Incria, promovida pelos prefeitos da região, o gerente da Terme Coop de Eletrificação de Medianeira — informou que 129 associados serão atingidos pelas desapropriações. Acrescentem-se outras propriedades eletrificadas pela COPEL, empresas particulares e outras instaladas em condomínio. Apesar de prometido textualmente em julho de 1980, Itaipu até hoje não indenizou nenhuma rede elétrica, e os proprietários já indenizados por suas terras não sabem como recorrer.

10 — Enfim, a prova definitiva de que Itaipu não pagou e não paga o preço justo está no fato de que pouquíssimos indenizados conseguiram se resarir em condições iguais às que abandonaram em favor da hidrelétrica. Existem casos verdadeiramente escandalosos neste sentido. Mesmo assim, Itaipu encontra razões para tranquilizar sua consciência, ignorar a concentração popular em Foz

11 — Muitos agricultores, sobretudo posseiros e arrendatários, estão sendo alimentados com promessas sobre as terras disponíveis em Arapotí-PR. Mas não está havendo progresso neste aspecto, e o INCRA, até 13 de março, sequer tinha tomado posse da área e não iniciou a demarcação dos lotes. O Movimento exige, por isso, a presença do INCRA e do ITC para explicarem os mecanismos por alqueire, conforme a classificação das terras. Isto porque o mercado realmente é este, e quando adquiridas, as chácaras tinham valor 3 vezes maior do que as terras rurais.

12 — Outro fator de baixa nos preços de indenizações é o preço irreal pago pelas indenizações de estradas existentes nas propriedades. No final de julho de 1980, Itaipu prometeu que pagaria as estradas como terra, o que não vem acontecendo.

13 — Quanto ao Imóvel Rio Paraná, que Itaipu, para confundir, denomina com o nome antigo de Gleba Sol de Maio-Santa Helena, há que ressaltar a total confusão de Itaipu, que fornece as plantas, e do INCRA, na expedição dos títulos. Por exemplo, em 16 de julho de 1980, Itaipu afirmava que eram 1330 títulos a serem expedidos, ocasião em que prometia a conclusão dos trabalhos até fins de outubro/novembro de 1980. Mas, agora, afirma que o número passou a 1225, e a titulação ainda não está pronta.

14 — Nas demais áreas que aguardam titulação (beneficiando 92 famílias) a maior preocupação é a demora do INCRA. Por exemplo, a desapropriação da Gleba Passo Cué foi decretada em 9/10/80 e até hoje os ocupantes não foram procurados para requerimento do título. Por isso, em vista de que Itaipu dispõe de todas as informações e plantas

15 — Para a Vila de Porto Mendes e suas áreas remanescentes o Movimento reclama a solução prometida em 1º de outubro de 1980 por Itaipu, em documento oficial, para um prazo de dois meses. Entretanto, cinco meses após essa data, Itaipu comunica laconicamente que não tem condições de resolver a situação com o sofrimento por que passam os agricultores acampados em condições precárias à beira de uma estrada em Foz. Os agricultores estão cansados de tantos documentos firmados por Itaipu, costumeiramente elaborados de forma genérica e propicia a confundir os expropriados e à opinião pública. Documentos que, geralmente, ou são vazios em seu conteúdo, ou não são posteriormente cumpridos nos seus itens mais importantes. Por outro lado, as poucas reuniões até aqui cedidas pela expropriação foram conquistadas através de mobilização e resistência constantes.

Itaipu se nega a dialogar e debater, item por item, as reivindicações do Movimento, evidenciando sua pré-disposição em não atender às justas e legítimas pretensões dos desapropriados, e revelando a forma unilateral que emprega no tratamento das questões relativas à área a ser inundada.

A situação angustiosa e prejudicial dos que ainda não foram indenizados, principalmente em vista dos preços aviltantes oferecidos e do atraso insuperável, impõe à Itaipu que proceda ao pronto atendimento favorável das reivindicações. Embora angustiados, os agricultores tornam pública sua decisão de continuar mobilizados, reforçando a determinação de continuar combatidos em manifestação pacífica em Foz do Iguaçu, até

Fonte: Jornal Nosso Tempo, 16º edição, 25/03/1981, p.8.

Após vinte dias de acampamento, uma forma encontrada para o fortalecimento da mobilização, foi convocar outros agricultores para passarem a acampar também, porque sabiam que a mobilização iria durar por muitos dias ainda.

Foi organizada uma passeata que foi nomeada como "caminhada da paz" que foi uma programação das igrejas sob a coordenação de dom Olívio Aurélio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu que fez um culto ecumênico na Catedral São João Batista, e a passeata acabaria no acampamento. Deste ato participaram também os demais desapropriados que não estavam

acampados, as famílias, todos foram participar, para dar um grande apoio aos acampados, e causar uma pressão maior na Itaipu.

Fotografia VI – Mãos para o alto clamando Justiça.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, ed. 18, 08 de abril de 1981, p.2.

Os desapropriados permaneceram acampados aproximadamente por quase dois meses no dia 25 de julho de 1981, quando a diretoria da Itaipu se reuniu em Foz do Iguaçu para discutir as reivindicações do movimento Justiça e Terra, mas o que se constatou por parte de Itaipu foi o não reconhecimento do movimento desses desapropriados.

Prova disso, foi o fato de que enviou o documento com a proposta para a imprensa e não aos agricultores concentrados. No dia 26, logo cedo, foi lida a nota da Itaipu, que foi vaiada pela assembleia. Lida e votada três vezes, não houve nenhum voto favorável. O principal motivo para não aceitarem a proposta da Itaipu foi o aumento de apenas 65% nas terras ao invés de 100% requeridos pelo movimento (LIMA, 2006, p.390).

Após 54 dias de acampamento com uma forte união e organização dos desapropriados, de muita resistência de caráter pacífico, sem nenhum tipo de violência, os desapropriados resolvem levantar o acampamento.

Antes de desfazerem o acampamento em Foz do Iguaçu, os agricultores lançaram um manifesto que foi transcrito pelo Jornal Nosso Tempo como uma síntese da manifestação, onde traçaram os principais acontecimentos enquanto movimento. A imagem a seguir é a

página 6 da 22ª edição do dia 13 de Maio de 1981 do JNT, onde foi descrito o manifesto, do qual analisamos alguns trechos.

A luta pelas indenizações com preços justos e as outras diversas formas de injustiças cometidas pela Itaipu, duraram cinco anos, muitas promessas foram feitas pela empresa em outros momentos a pedido das reivindicações dos desapropriados, mas as mesmas não foram cumpridas. Quando ainda faltavam 40% de propriedades a serem indenizadas e esgotadas as formas de negociações, foi tomada a decisão de acampar em Foz do Iguaçu.

O Movimento Justiça e Terra explicou que a demora e os atrasos no pagamento das indenizações, a urgência para desocupar a área e a necessidade de reassentamento estavam causando desespero nos desapropriados. Foram os principais motivos que fizeram que os desapropriados tomassem a decisão de montar um acampamento em frente ao canteiro de obras da Itaipu, mas de forma organizada e pacífica.

O Movimento Justiça e Terra pontuou também alguns aspectos positivos que motivaram os desapropriados a levantarem o acampamento: união e organização no acampamento; um aumento de 62% nos preços das indenizações pagos pela Itaipu; promessas de pagamentos imediatos para os acampados; acordo de pagar redes elétricas e estradas presentes nas propriedades; a prorrogação no prazo de sair da área que futuramente seria alagada, entre outros que podem ser observados na imagem abaixo.

Imagem VII – Último dia de acampamento em Foz do Iguaçu.



Fonte: Jornal Nosso Tempo, edição 22, 13 de Maio de 1981.

Em nove de maio de 1981, quase dois meses após terem chegado a Foz do Iguaçu, os colonos desmontaram as barracas e regressaram para suas propriedades, muitas das

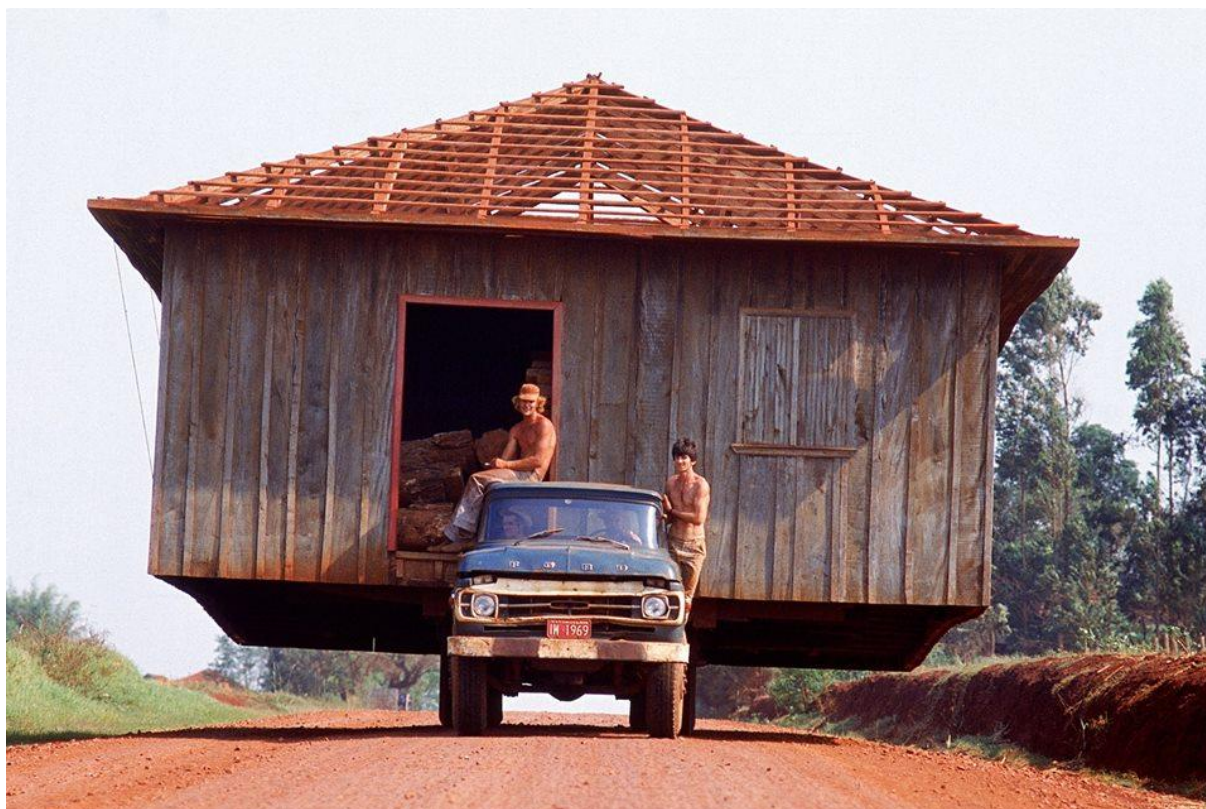
exigências reivindicadas na mobilização desses desapropriados foram atendidas por Itaipu, às oito horas da manhã rezaram a última missa ecumênica desenvolvida pelo bispo dom Olívio Fazza e pelo pastor luterano Werner Fuchs, representantes que tiveram influência nos acordos prolongados com Itaipu.

Segundo Judite Veranisa Schimidt.

As inúmeras vitórias obtidas pelo movimento Justiça e Terra se devem a uma série de fatores, conjugados, que geraram a concretização de uma luta persistente e desafiadora. A coragem e a paciência deveram-se ao assessoramento de entidades como: a Comissão Pastoral da Terra CPT; A Comissão Justiça e Paz; a diocese de Foz do Iguaçu; pastores da Igreja da confissão Luterana no Brasil; da CNBB, dos sindicatos dos Trabalhadores rurais; da imprensa; de política; outros organismos e pessoas que colaboraram. (SCHMIDT, 2008, p.21).

Após os acordos concedidos pela diretoria da Usina Hidrelétrica de Itaipu restavam aos colonos a retirada de seus empreendimentos das áreas que seriam alagadas pelo represamento, de fato as indenizações devidas das terras aos expropriados, acabaram por ser pagas, mas o impacto sociocultural que a construção de Itaipu deixou a esses colonos talvez nunca tenha ressarcimento.

Fotografia VII - A desapropriação, momento de dizer adeus.



Fonte: Acervo pessoal de Nani Gois, 1982.²³

²³ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1601996950066853&set=a.1379532228979994.1073741826.100007696891963&type=3&theater> - acessada em 18/11/2016.

Já não havia mais resistência e nem opção, os desapropriados precisavam sair urgentemente das terras, porque logo a água começaria a subir. E aí começam os problemas de se tinham ou não pra onde ir, se já haviam comprado outras terras, e o que bastava naquele momento era arrumar a mudança e partir, deixar para trás conquistas e lembranças.

O momento mais difícil para os desapropriados foi quando tiveram que sair de suas propriedades onde tinham construído uma história, onde estavam empregadas muitas lembranças, de tempos bons e de períodos difíceis. A fotografia VII causa um sentimento de indignação e ao mesmo tempo tristeza. Indignação de ter que se sujeitar a uma empresa, e tristeza de ter que saírem dos lugares que cada família construiu de maneira que fosse satisfazer o bem estar de cada uma.

Essa fotografia é a caracterização de muitas famílias que tiveram que sair da área que seria alagada, de quase todas. Quando os sujeitos afetados pelo alagamento veem essa imagem, certamente o sentimento que lhes vem é de injustiça, de tristeza, e de saudade. Assim como explica Miriam Paula Manini: “Pessoas, grupos, sociedades, povos inteiros poderão reconhecer numa fotografia um referente aurático de sua própria história.” (2011, p.80).

A imagem transmite-nos uma mensagem de desenraizamento, a necessidade de abandonar um espaço onde se construiu tantos laços afetivos, com famílias de vizinhos, a comunidade, o espaço enquanto terra, etc. Fernando Frochtengarten cita no seu artigo que:

[...] diríamos que a participação social do homem enraizado está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência. Participação que pode vir do nascimento, da casa, da vizinhança, do trabalho, da cidade. (FROCHTENGARTEN, 2005, p.368).

Porque fazem relação com o pertencimento das pessoas em determinados espaços, e também a ligação que se deu ao processo de desapropriação, que favoreceu a união dos agricultores, incentivado pela luta e organização, momento que os desapropriados puderam debater e criar estratégias para reivindicar o preço justo por suas terras.

Mas os debates acerca destes acontecimentos, as contribuições por meio de relatos orais que foram fornecidos, favorecem para a construção deste, porque como explica Frochtengarten: “A memória oral é condição promotora de enraizamento.” (2005, P.374.). Pois se remetem a lembranças, e à memória do pertencimento, o que se aplica aos desapropriados de Itaipu, quando relatavam os momentos difíceis que passaram na luta pelas reivindicações.

Matiello explicou como o Movimento Justiça e Terra pode ser caracterizada através de sua resistência, assim que se:

[...] construiu na organização do Movimento Justiça e Terra uma forma de resistência ao desenraizamento, entendido em sua dimensão moral, de desconsideração dos valores da população atingida e na dimensão de alienação

dos agricultores diante do processo de desenvolvimento tecnológico. (2011, p.282).

Mas que leva a esses desapropriados a encontrarem um local que não são considerados seus, mas que com o passar do tempo os pertencerão. Assim o sentimento de tristeza estará sempre presente quando se lembrarem da Itaipu.

Ribeiro conclui seu trabalho falando da importância do Movimento Justiça e Terra, e como foi destacada a união e organização dos desapropriados até a conquista das reivindicações dos seus direitos, adquirindo status de um dos maiores movimentos políticos do oeste do Paraná, dessa forma podemos notar que:

A memória do movimento de organização contra Itaipu, ainda presente nos agricultores e moradores da região, representou um dos mais importantes movimentos políticos da região, capaz de fazer a Itaipu recuar e rever os valores pagos pelas terras, obrigando os seus dirigentes a receberem a comissão formada pelos agricultores. Agricultores que, aos poucos, foram reelaborando seus valores, a partir de experiências, organizando-se em torno de uma causa maior que era lutar contra o gigantismo representado por Itaipu, atrasando muitas vezes os cronogramas do Departamento Jurídico da Binacional, em vista da conseqüente resistência. Esta luta revela a história de um modo de viver em pequenas e médias propriedades rurais, onde as pessoas se conhecem e se ajudam. (RIBEIRO, 2002, p.106).

A dor do desenraizamento que levou a milhares de pessoas que tiveram suas vidas arrastadas por essa mega empresa implantada na região oeste do Paraná, porque além de serem obrigados a saírem de um local que estavam e ainda tiveram que se afastar de pessoas que faziam parte de um círculo de amizades importantes, aliados à luta e resistência. Esses diversos fatores, nos fazem perceber que o sentimento de dor e angústia se ampliava com rapidez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a partir da criação do projeto de Itaipu uma série de benefícios e malefícios foram atraídos para a região. Além de ser uma grande empresa que necessitava de muita mão de obra, o gigantesco projeto causou uma série de problemas e impactos socioambientais na região. Milhares de famílias foram afetadas, tiveram suas terras, casa, propriedades alagadas.

A partir desses problemas, iniciaram-se as reuniões dos futuros desapropriados, que estavam muito preocupados com o caminho que suas vidas levariam. O principal assunto das reuniões eram as indenizações que a Itaipu teria que pagar a cada um deles. E para negociar esses valores foi outro problema ainda maior, porque a Itaipu queria pagar preços muito baixos em relação ao mercado e que não era integral ao que os colonos possuíam.

As tentativas de negociações dos preços das indenizações com a Itaipu eram sempre fracassadas, os diretores não estavam abertos ao diálogo, e normalmente quando faziam algum acordo o mesmo não era cumprido. O que causava um desconforto nos desapropriados, e foi por meio das reuniões dos mesmos e das tentativas de diálogo que surgiu o Movimento Justiça e Terra, que a partir da união e organização dos desapropriados teve muito êxito nas reivindicações.

O Jornal Nosso Tempo foi um importante meio de comunicação que por meio de coberturas semanais, publicavam comunicados e manifestos do MJT. A influência desse jornal deu um destino diferenciado ao Movimento, e foi a partir disto que o MJT ganhou força, e o apoio da população da região.

Através das imagens e notícias que o Jornal Nosso Tempo fez do Movimento Justiça e Terra, principalmente dos acampamentos e das mobilizações em Foz do Iguaçu em 1981, ficou visível a resistência e a luta dos desapropriados. Em meio às notícias, a presença de imagens que de certa forma procuram retratar uma injustiça, uma imposição, uma inferiorização contra os desapropriados, mas que serviram para pressionar a Itaipu, na tentativa de acelerar o pagamento das indenizações.

Usando as fotografias e imagens presentes nas notícias do JNT, foi possível fazer um apanhado na relação entre as desapropriações e as mobilizações. Observando o posicionamento do JNT que se dizia aberto à comunidade e as opiniões da população, podemos perceber que esse meio de comunicação foi muito importante ao se permitir aberto para que o MJT pudesse expor e noticiar os problemas encontrados semanalmente. Assim que os relatos dos acontecimentos estavam sendo publicados frequentemente nas manchetes do jornal.

E foi assim que o MJT conseguiu o apoio da comunidade, após a inserção de Juvêncio Mazzarollo, jornalista e fotógrafo do JNT, dentro do movimento, e do acampamento, fazia com que as publicações ganhassem um sentido diferenciado, com maior drama nas questões de injustiças cometidas pela Itaipu. E que com mais força se tornou visível a questão de confronto entre a Itaipu e os desapropriados.

Mas o papel que Mazzarollo atingiu dentro do movimento, acompanhando os acontecimentos e colaborando com os desapropriados, fez com que ele muitas vezes assumisse a posição de manifestante. E era essa atitude que ia de encontro com a posição do jornal, que era de se colocar no lugar da população, e principalmente no lugar dos mais injustiçados, buscando sempre a verdade e visibilidade frente á comunidade.

As imagens que foram usadas para informar, também foram tidas como símbolos de resistência, e podem ser ligadas à questão da memória destas famílias, tanto dos participantes do movimento, quanto de conhecidos e famílias que viviam e ainda vivem na região. E fica marcado como as lembranças de um movimento que resistiu até a conquista dos seus objetivos, e a saudade na memória das pessoas que tiveram que se mudar para outros lugares.

Essas fotografias foram usadas para a complementação dos fatos em um meio de comunicação, também são objetos de lembranças, sentimentos e expressões que se remetem a memória dessa população que foi deslocada pelo Mega Projeto de Itaipu.

O Movimento Justiça e Terra enquanto uma organização, contou com o apoio das igrejas Católica e Luterana. Seus principais líderes foram entrevistados por Catiane Matiello, que fez um trabalho muito importante de resgate de memória sobre o movimento e suas organizações.

Os relatos presentes nas publicações que foram trabalhadas no desenvolver desta monografia dialogam com os depoimentos recolhidos por Catiane Matiello em sua Dissertação, assim que muitas vezes as notícias contidas no JNT foram tidas como parte da memória presentes nos relatos orais dos desapropriados, e o que os entrevistados ainda lembram o que ainda está presente no imaginário de cada um deles, fazendo uma relação com a narrativa das publicações do jornal. O que acabou sendo completada a versão das notícias, com a memória dos desapropriados em seus relatos.

Quando trabalhamos com relatos orais de histórias de vidas estamos com a intenção de recolher lembranças e depoimentos, sobre determinados assuntos. Sabemos que determinadas lembranças ainda causam um impacto psicológico e sentimental no sujeito histórico. E quando relacionamos os relatos de várias pessoas, nos deparamos com uma

imensidade de sentimentos envolvidos em uma causa tão ampla, que era a reivindicação por terra e a luta por justiça.

Observamos que o Jornal Nosso Tempo defendia em suas publicações uma postura de denúncia dos problemas que ocorriam nas cidades da região, além de combater a ditadura, e também defendia os movimentos sociais. Neste contexto que entrou o Movimento Justiça e Terra, a partir de publicações com denúncias e depoimentos os dirigentes do movimento foram ganhando espaço no jornal e na comunidade.

Pretende-se continuar as pesquisas nesta área, fazendo uma interligação com outros jornais e noticiários da região na época, e apontando quais eram seus posicionamentos enquanto veículo de informação e qual era a postura de cada um deles em relação às manifestações contra a Itaipu e com o Movimento Justiça e Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

CPT. BOLETIM POEIRA. Março de 1978 a janeiro de 1986.

JORNAL NOSSO TEMPO, Dezembro de 1980 a janeiro de 1982.

Acervo, BIBLIOTECA ELFRIDA ENGEL, Foz do Iguaçu- PR.

Acervo, BIBLIOTECA MUNICIPAL, Santa Helena – PR.

Acervo, CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR, Foz do Iguaçu – PR.

FONTES SECUNDÁRIAS

DEBERNARDI, Enzo. **Apuntes para la historia política de Itaipu**. 2010.

DUSSEL, Enrique. **1492 El encubrimiento del otro. Hacia la origen del mito de la modernidad**. La Paz: Plural, 1992.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Estudos Avançados 19 (55), 2005.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Edufba: ULBRA, 2003.

GUERRA, Claudia Bucceroni. **Flutuações conceituais, percepções visuais e suas repercussões na representação informacional e documental da fotografia para formulação do conceito de Informação fotográfica digital** / Claudia Bucceroni Guerra; – Rio de Janeiro, 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e Historia 1941**. Ateliê editorial, 5º Ed. São Paulo. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. - 7ª ed. revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Niterói: Germânica, 2006.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, Memória e Informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios Da imagem**, Londrina, ano iV, n. 8, 2011, p.77-88.

MASCARENHAS, Milena Costa. **A construção de Itaipu e os reflexos na educação de Foz do Iguaçu**. Cascavel – PR: Unioeste, 2008.

MATIELLO, Catiane. NARRATIVAS DA RESISTÊNCIA: história oral de vida de famílias desapropriadas pela usina hidrelétrica de Itaipu. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 49, ago. 2011.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.** Curitiba, 2011.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem Fotografias e interfaces.** Ed. Terra, Vol 1, 1996, p. 73-98.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** São Paulo: Loyola, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** – São Paulo: Contexto, 2014.

PAMPLONA, Marco. **A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 215-238, 1996.

PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu – prós e contras.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PINTO, Tão Gomes. **Itaipu: Integração em concreto ou uma pedra no caminho?** São Paulo: Manole, 2009.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89.

RIBEIRO, Maria de Fatima Bento. **Memórias do Concreto: vozes na construção da ITAIPU.** Cascavel – Pr: Edunioeste, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse e REIS, Maria José. **Do local ao global: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAP) e suas articulações em rede.** II Encontro Nacional de Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas. Salvador: 2007.

SCHMITT, Judith Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000.** Marechal Cândido Rondon, 2008. 130 p.

SOTO, Camilla Constantino. **A importância da fotografia no jornalismo cotidiano: O caso Correio Braziliense. 2004.** Disponível em: <http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1287/2/20111640.pdf> - Acessado dia 05/11/2016.

WALSH, Catherine. **"Interculturalidad crítica y educación intercultural"**. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo interculturalidad crítica.** La Paz: III-CAB, 2010, pp. 75-96.

FONTES DIGITAIS

<http://Documentos Revelados.com.br>. – Acessado em:16/11/2016

<http://www.nossotempodigital.com.br> – Acessado em: 17/11/2016

<https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais> – Acessado em:18/11/2016

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/historico> - Acessado em 29/08/2016

Ecos da Itaipu - Disponível em: <http://apublica.org/os-ecos-de-itaipu/> - Acessado: 18/11/2016.

